

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SANDY JARDIM ROSA

**UMA PROPOSTA DE MODELO DE BALANÇO SOCIAL PARA UMA
INSTITUIÇÃO DE MICROCRÉDITO**

**Florianópolis, SC.
2006**

SANDY JARDIM ROSA

**UMA PROPOSTA DE MODELO DE BALANÇO SOCIAL PARA UMA
INSTITUIÇÃO DE MICROCRÉDITO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: MSc. Erves Ducati

**Florianópolis, SC.
2006**

SANDY JARDIM ROSA

Esta Monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota de atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo:

Elisete Dahmer Pfitscher, Dra
Coordenadora de Monografia

Banca examinadora:

Erves Ducati, MSc
Orientador

Michele Patrícia Roncalio, Grd
Membro

Rogério João Lunkes, Dr
Membro

Florianópolis
2006

*Voe por todo mar, e volte aqui....
Voe por todo mar, e volte aqui....
Pro meu peito.*

*Se você foi, vou te esperar
Com pensamento que só fica em você
Aquele dia, um algo mais
Algo que não poderia prever.*

*Você passou perto de mim
Sem que eu pudesse entender
Levou os meus sentidos todos pra você.*

*Mudou a minha vida e mais
Pedi ao vento pra trazer você aqui
Morando nos meus sonhos e na minha
memória
Pedi ao vento pra trazer você pra mim.*

*Vento traz você de novo
Vento faz do meu mundo novo
E voe por todo o mar e volte aqui....
E voe por todo o mar e volte aqui....
Pro meu peito.....*

Márcio Buzelin

Dedico este trabalho à meus pais, Elisabeth e Valdo, que sempre me apoiaram em todos os momentos da minha vida, e pela educação e princípios morais que me deram.

Dedico também, e em especial, ao meu esposo Leandro, que esteve ao meu lado durante todos os anos da faculdade, muitas vezes, abrindo mão de seus sonhos e projetos para estar sempre ao meu lado.

Muito obrigado por tudo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por estar sempre me acompanhando em todos os momentos, dando-se forças e perseverança para alcançar a mais uma etapa da minha vida, guiando-me para realizar meus desafios.

Ao meu esposo Leandro, que me acompanhou por todos esses anos de faculdade, pela sua compreensão, amor, carinho, apoio e incentivo que recebi para conseguir chegar ao término deste trabalho.

Aos meus pais, Elisabeth e Valdo, que sempre apoiaram meus passos, pelo incentivo e por acreditar no meu potencial.

Aos demais familiares pelo carinho.

Ao meu orientador Prof. MSc. Erves Ducati, por sua atenção dispensada a cada passo na orientação desta monografia, por sua dedicação, paciência e orientações que fizeram fluir esse trabalho.

Aos demais professores do curso de Ciências Contábeis que contribuíram para meu crescimento e aprendizagem.

Ao Banco do Empreendedor, instituição de microcrédito em que trabalho, pelo apoio que me deu para a realização deste trabalho.

Aos demais amigos pelo carinho e apoio.

Agradeço também, aos meus amigos e colegas de curso, pelo companheirismo e amizade durante a vivência acadêmica, que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse aonde cheguei, e em especial as minhas amigas Elaine, Catiana, Priscilla e Dayana pelos muitos anos de convivência.

RESUMO

ROSA, Sandy Jardim. **Uma proposta de modelo de balanço social para uma instituição de microcrédito**. 2006. 75p. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

Este trabalho tem como objetivo elaborar um modelo de balanço social para uma instituição de microcrédito. Definido o tema central da pesquisa, apresenta-se um relato sobre o microcrédito no mundo, no Brasil e em Santa Catarina, e também um levantamento bibliográfico acerca do balanço social. Devido as transformações sócio-econômicas dos últimos tempos, as organizações estão mudando seus pensamentos e comportamentos, estão assumindo uma postura de responsabilidade social. O balanço social é uma forma das organizações demonstrarem o seu comprometimento com a sociedade. Atualmente, no Brasil, a elaboração e divulgação do balanço social não é obrigatório, e não há um modelo padrão para essa demonstração. A partir de modelos já existentes, como o Francês, Português, Belga e do IBASE, procura-se adequar um modelo que melhor satisfaça as necessidades das instituições de microcrédito. Por fim, é apresentado um modelo de balanço social para uma instituição de microcrédito.

Palavras-chave: Balanço Social; Responsabilidade Social; Microcrédito.

ABSTRACT

ROSA, Sandy Jardim. **A proposal of modelo of social balance for in institution of microcredt.** 2006. 75p. Monograph (Major in Accountancy) – Accountancy Department. Federal University of Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2007.

This work has as objective to elaborate a model of social balance for a microcred institution. Definid is há it central offie of the research, one presents a story on microcred in the world, Brazil and Santa Catarina, and alsoa bibliographical survey concerning the social balance. Had the formations partner-economics or the last time, the organizations are changing its thought and behaviors, are assuming a position of social responsibility. The social balance is a form of the organizations to demonstrate its commitment with the society. Currently, in Brazil, the elaboration and spreading or the social balance are not obligator, and it does not have a model standard for this demonstration. From exixting models already, as the Frenchman, Portuguese, Belgian and of the IBASE, it is looked to adjust a model that better satisfies the necessities of the microcred institutions. Finally, a model of social balance for a microcred institution is presentend.

Keywords: Social balance; Social Responsibility; Microcredt.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Informações que compõem o Modelo IBASE de balanço social.

Quadro 2: Modelo de balanço social e instruções para preenchimento proposto pelo IBASE.

Quadro 3 : Usuários do balanço social e da contabilidade.

Quadro 4: Número de indicadores sociais em função do tamanho da empresa.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de indicadores sociais em função do tamanho da empresa.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEP	Agence de Crédit pour Privié
ACP	Acción Comunitária Del Peru
ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
BADESC	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina
BANCOSOL	Banco Solidário Bolívia
BANCRI	Banco de Crédito Popular da Foz do Rio Itajaí-Açu
BAPEM	Banco do Pequeno Empreendedor
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAPE	Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores
CRECICERTO	Agência de Microcrédito Solidário do Alto Uruguai Catarinense
CREDIOESTE	Organização Crédito do Oeste
CREDISOL	Instituição de Crédito Solidário
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EXTRACREDI	Extremo Oeste Agência de Crédito
FAMPESC	Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina
FIDES	Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social
FINCA/CR	Finca Costa Rica
GTZ	Sociedade Alemã de Cooperação
IAF	Inter-American Foundation
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ONG	Organização não Governamental
OSCIP	Organização de Sociedade Civil de Interesse Público
PLANORTE	Instituição de Crédito dos Empreendedores do Planalto
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PORTOSOL	Instituição Comunitária de Crédito de Porto Alegre
PRODEM	Fundación para la Promoción y Desarrollo de la Microempresa
SC	Santa Catarina
SCM	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa

UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
UNO	União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações
VIVACRED	Entidade de crédito nascida do Movimento Viva Rio

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1.1 Tema e Problema	14
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 Justificativa.....	15
1.4 Metodologia.....	17
1.5 Limitações da Pesquisa.....	19
1.6 Organização do Trabalho.....	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 Microcrédito no Mundo	20
2.1.1 A Experiência de Bangladesh.....	21
2.1.2 Exemplos de Instituições de Microcrédito no mundo	23
2.2 Microcrédito no Brasil.....	24
2.2.1 Microcrédito em Santa Catarina	27
2.3 Responsabilidade Social	30
2.4 Conceitos de Balanço Social	32
2.4.1 Evolução Histórica do Balanço Social	35
2.4.2 Usuários do Balanço Social	41
2.4.3 Balanço Social: Voluntário ou Obrigatório?	44
3 MODELOS DE BALANÇO SOCIAL.....	47
3.1 Modelo de Balanço Social Francês	48
3.2 Modelo de Balanço Social Português.....	49
3.3 Modelo de Balanço Social Belga	51
3.4 Proposta de Modelo de Estrutura de Balanço Social.....	52
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
4.1 Quanto à problemática.....	56
4.2 Quanto aos objetivos	57
4.3 Quanto à sugestões para futuras pesquisas	57
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	62

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A responsabilidade social das organizações atualmente, além de ser considerada uma boa prática de negócios é definitivamente mais uma exigência da própria sociedade.

É cada vez maior o número de empresas que promovem estratégias de responsabilidade social como resposta às diversas exigências do mercado, tanto de natureza ambiental, econômica e social, prestando contas, dessa forma, às partes interessadas com as quais interagem: trabalhadores, acionistas, consumidores e poder público.

Segundo Ashley (2002, p. 6-7):

Responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente, de modo amplo, ou alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas com ela.

Evidentemente, estas ações, por parte das empresas, influenciam no patrimônio das mesmas e na própria sociedade como um todo. Assim, surgem novas necessidades de informações sociais das empresas, e a contabilidade, se propõe como resposta a este desafio, a elaboração do balanço social, que busca demonstrar, de maneira clara, objetiva e transparente, informações sobre os investimentos da empresa em funcionários, em ações sociais, políticas de preservação do meio ambiente, treinamento de pessoal e cursos de aperfeiçoamento entre outras.

Com a elaboração do balanço social, como peça demonstrativa das ações sociais das empresas, a contabilidade confirma sua vocação social como instrumento de monitoramento das atividades das organizações por parte da sociedade.

A sociedade está alerta às empresas que possuem uma política social, preocupadas com seus profissionais, dependentes, colaboradores, comunidade e meio ambiente; que apresentem transparência nas suas atividades e atitudes, e acima de tudo, que buscam melhorar a qualidade de vida de todos.

O surgimento e a expansão do microcrédito no Brasil e no mundo tem sido

uma alternativa para a situação de pobreza em que vive grande parte da população.

Segundo Barone (2002, p. 14-15):

O impacto social do microcrédito, embora de difícil mensuração, é reconhecidamente positivo, resultando de melhores condições habitacionais, de saúde e alimentar para as famílias usuárias. Além disso, contribui para o resgate da cidadania dos tomadores, com o respectivo fortalecimento da dignidade, a elevação da auto-estima e a inclusão em patamares de educação e consumo superiores.

O microcrédito tem como objetivo ofertar empréstimos de baixo valor a pequenos e micro empreendedores formais e informais sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. Seu crédito é destinado à produção (capital de giro e investimentos) e não para consumo, e possui uma metodologia específica.

1.1 Tema e Problema

O tema deste estudo é apresentar uma proposta de modelo de balanço social adequado para uma instituição de microcrédito, de modo a evidenciar as ações sociais que esse tipo de entidade desempenha, na perspectiva de verificar a eficiência e eficácia no alcance de seus objetivos institucionais e operacionais, como medida de desempenho.

As organizações de microcrédito, têm por finalidade conceder financiamentos tanto para pessoas físicas e jurídicas, assim como micro e pequenas empresas, voltados à expansão da atividade produtiva, assim como, à manutenção da força de trabalho.

O microcrédito tem como proposta atuar nos setores pobres da população como uma alternativa de criação de ocupação e geração de renda, promovendo a inclusão e gerando oportunidades para essas pessoas fazerem parte do mercado de trabalho.

Assim, formula-se a seguinte questão: quais as informações necessárias que devem constar no balanço social para uma instituição de microcrédito?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa é propor um modelo de balanço social específico para uma instituição de microcrédito mediante a adaptação e incorporação de idéias e conceitos presentes nos modelos já existentes e divulgados por outras instituições e empresas de natureza e características semelhantes.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar os conceitos, informações, organização e estrutura do balanço social.
- Expor as razões, pelas quais, deve-se elaborar e publicar o balanço social.
- Propor um modelo de balanço social para uma instituição de microcrédito.

1.3 Justificativa

Foi-se o tempo em que as empresas apenas se preocupavam com o resultado de curto prazo. Cada vez mais é preciso ser sustentável, garantir o andamento de seu negócio, estar atentos à todos os assuntos da empresa, desde os funcionários até os acionistas e a comunidade, enfatizando a preocupação e a contribuição com o desenvolvimento das atividades e o amadurecimento da economia nacional.

A responsabilidade social da empresa e o balanço social são temas que vêm sendo cada vez mais discutidos, porém ainda não se chegou a um consenso quanto à sua obrigatoriedade de elaboração ou a um modelo padrão de divulgação de tal demonstração.

No Brasil, o conceito de responsabilidade social e divulgação do balanço social são assuntos recentes e divisores de opinião.

De acordo com Torres (2005, p.01):

A mudança de mentalidade empresarial começou a partir da década de 80, onde a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) chegou a elaborar um modelo de Balanço Social. Porém, só a partir do início dos anos 90 é que poucas empresas passaram a levar a sério essa questão e divulgar em balanços e relatórios sociais ações realizadas em relação à comunidade, meio ambiente e seus próprios funcionários.

Independente da obrigatoriedade de sua publicação, o balanço social, estimula as empresas, não só com incentivos fiscais, mas também, a buscar uma melhor qualidade de vida, tanto para o bom funcionamento da instituição, assim como, a relação entre empresa, os funcionários e a sociedade.

Segundo Mattar (2003, p.01):

Algumas organizações vêm cobrando transparência e responsabilidade das empresas, onde está sendo demonstrada a atenção que as mesmas estão dando para a atual discussão social, a publicação do balanço social e as mudanças que tendem a ocorrer no pensamento dos dirigentes de empresas.

A elaboração do balanço social é um forte aliado nas ações das empresas em benefício do desenvolvimento social e humano. Porém, nos últimos anos, já existem empresas que estão se preocupando com estes assuntos, até como forma de estratégia financeira, concorrência empresarial e marketing.

Para Pinto e Ribeiro (2006, p. 03):

A função principal do Balanço Social da empresa é tornar pública a responsabilidade social da entidade. Esta visão faz parte de um processo que busca a transparência junto ao público em geral do que a empresa está fazendo, interna e externamente, nas áreas social, econômica e ambiental.

O balanço social deve ter como objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida, ressaltando os aspectos de desenvolvimento econômico e social, e contribuições para a sociedade.

Muitas empresas estão publicando o balanço social, independente da sua obrigatoriedade, porém, ainda não existe um modelo padrão de publicação.

Neste contexto, este estudo busca salientar a importância social das organizações de microcrédito perante a comunidade, evidenciando os benefícios que estas acrescentam para pequenos empreendedores, assim como seu papel na sociedade.

O microcrédito visa melhorar a qualidade de vida dos micros e pequenos empreendedores, por meio da concessão de crédito produtivo em âmbito microrregional, possibilitando o desenvolvimento sócio-econômico, valorização e o

reconhecimento dos empreendedores atendidos, no contexto econômico e social.

O modelo de balanço social proposto neste estudo, visa salientar os benefícios, tanto para os funcionários, como também para os usuários externos das instituições de microcrédito, e também prestar contas à sociedade das informações nele contidas.

1.4 Metodologia

As pesquisas geralmente são realizadas com o intuito de satisfazer uma curiosidade pessoal, ou então, para ampliar conhecimentos sobre determinado assunto. E para isso deve-se estabelecer um objetivo para se buscar respostas, conceitos e esclarecimentos referente a esta pesquisa.

Para Cervo e Bervian (1978, p.37), “a pesquisa é definida como uma atividade voltada para a solução de problemas e seu objetivo consiste em descobrir respostas para perguntas, através do emprego de processos científicos”.

Para a realização deste trabalho foram utilizadas ferramentas metodológicas que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa

De acordo com Gil (1993, p.19), pode-se definir pesquisa:

Como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

A pesquisa, quanto à abordagem, é qualitativa, pois não requer uso de métodos ou técnicas estatísticas, permitindo uma análise detalhada sobre o assunto. Segundo Beuren (2004, p.92) “a abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último”.

Utiliza-se também a pesquisa bibliográfica como método de pesquisa, que de acordo com Koche (1997, p.122) “se desenvolve, tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir de teorias publicadas em livros ou obras congêneres”. Das técnicas utilizadas neste trabalho pode-se destacar o levantamento bibliográfico, que consiste em pesquisar a fonte secundária, que são

os livros que farão parte da base teórica do trabalho.

Segundo Gil (1991, p.64):

Quase todas as pesquisas se valem das fontes bibliográficas na interpretação dos resultados. Mediante a consulta a trabalhos de natureza teórica e a comparação dos dados obtidos pelo pesquisador com aqueles fornecidos por outros estudos, os resultados da pesquisa assumem um caráter muito mais amplo e significativo.

Quanto aos objetivos a pesquisa é descritiva, pois há o interesse de conhecer o assunto, tornando-o claro, facilitando assim seu entendimento. A pesquisa descritiva caracteriza-se por ser um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse sentido, descrever significa identificar, relatar,, comparar, entre outros aspectos. (BEUREN, 2004).

Para a análise dos dados se utiliza a análise documental, que segundo Beuren (2004, p.140) esta “configura-se com uma notável técnica para abordar dados qualitativos e quantitativos. Utiliza como suporte subsidiário a construção do diagnóstico de uma pesquisa, informações coletadas em documentos materiais escritos”.

A coleta dos dados é feita a partir de várias fontes secundárias tais como livros, periódicos, teses, dissertações, fontes eletrônicas, entre outros.

Conforme Marconi e Lakatos (2002 apud BEUREN et al, 2003, p. 135):

As fontes secundárias possibilitam não só resolver os problemas já conhecidos, mas também explorar novas áreas onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente. Assim, a pesquisa bibliográfica propicia a investigação de determinado assunto sob um novo enfoque ou abordagem.

Neste contexto, o presente estudo visa apresentar o balanço social como uma demonstração contábil útil e relevante para as empresas, e, principalmente, como uma ferramenta para a tomada de decisões.

Busca-se apresentar a importância do balanço social para as empresas, assim como, relatar seu histórico, sua contribuição para o desenvolvimento social, e também, propor um modelo de balanço social para uma instituição de microcrédito.

1.5 Limitações da Pesquisa

É uma pesquisa bibliográfica e descritiva, onde se faz um levantamento de dados de modelos de balanços sociais publicados por alguns países, e o modelo proposto pelo IBASE.

Com o estudo desses dados e modelos, é proposto um modelo de balanço social para uma organização de microcrédito, visto que, as instituições de microcrédito não elaboram esse tipo de demonstrativo. Sendo assim, o resultado obtido com esta pesquisa, poderá ser somente considerado para este tipo de organização. Contudo, este estudo pode ser adaptado a outros tipos de organização, se assim optarem por aplicar o modelo proposto.

1.6 Organização do Trabalho

O presente estudo é organizado de acordo com as normas da ABNT vigentes, e fracionado em 04 seções diferenciadas entre si, a saber:

A primeira seção refere-se à introdução, da qual fazem parte as considerações iniciais, o tema e o problema da pesquisa realizada, os objetivos que se pretende alcançar, a justificativa para a realização do trabalho, a metodologia utilizada e a organização do trabalho.

A segunda seção constitui a fundamentação teórica, ressaltando a origem do microcrédito no mundo e no Brasil, assim como, a evolução da responsabilidade social nas empresas e publicação do balanço social.

A terceira seção refere-se a análise principal da pesquisa, levantando as razões pelas quais as empresas elaboram e publicam o balanço social, apresentar alguns modelos já existentes e propor um modelo para uma instituição de microcrédito.

Na quarta seção apresentam-se, considerações finais, as conclusões da pesquisa e as sugestões para futuras pesquisas sobre o assunto. Após, tem-se as referências e anexos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta primeira parte, aborda-se alguns aspectos históricos relacionados à experiência do microcrédito no mundo e no Brasil. Também se apresenta algumas instituições de microcrédito de Santa Catarina.

Na segunda parte, aborda-se um pouco da história da responsabilidade social e do balanço social, o seu desenvolvimento no mundo e no Brasil, assim como os usuários a quem ele se destina e a discussão sobre a sua obrigatoriedade.

2.1 Microcrédito no Mundo

Conforme informações obtidas no site Página do Microcrédito.com, a primeira manifestação de microcrédito que se tem notícia ocorreu no sul da Alemanha em 1846, denominada Associação do Pão, criada pelo pastor Raiffeinsen. O pastor cedeu aos fazendeiros locais farinha de trigo para que, fabricando e comercializando o pão, pudessem obter capital de giro. Com o passar do tempo, a associação cresceu e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre.

Em 1900, um jornalista da Assembléia Legislativa de Quebec criou as Caisses Populaires que, com a ajuda de doze amigos, reuniu o montante inicial de 26 dólares canadenses para emprestar aos mais pobres.

De acordo com o site do Gera Negócio, foi nos Estados Unidos, em 1953, Walter Krump, que presidente de uma metalúrgica de Chicago, criou os “Fundos de Ajuda” nos departamentos das fábricas, onde cada operário participante depositava mensalmente US\$ 1,00, destinado a atender aos associados necessitados.

Porém, a manifestação mais conhecida internacionalmente, e que foi o grande marco que desenvolveu, difundiu e serviu de modelo para popularizar o microcrédito, foi a experiência iniciada em 1976 em Bangladesh pelo professor de economia Muhammad Yunus.

Segundo Caldas e Martins (2005, p. 1) “a experiência de Bangladesh é um marco que estimulou experiências no mundo inteiro. A idéia chegou à América

Latina na década de 80 no Peru, Chile e Bolívia”.

A partir desse marco inicial, foram surgindo a implementação das instituições de microcrédito pelo mundo.

2.1.1 A Experiência de Bangladesh

Observando que os pequenos empreendedores das aldeias próximas à universidade onde lecionava eram reféns de agiotas, pagando juros extorsivos, mesmo pagando corretamente, o professor Yunus começou a emprestar a essas pessoas pequenas quantias com recursos pessoais, que depois ampliou, contraindo empréstimos, provando que os pobres são merecedores de crédito. Com isso, Yunus criou um sistema alternativo de crédito. “ Nós não sabíamos como criar um banco para os pobres; foi preciso aprender tudo” (Yunus, 2001, p.134).

Para Yunus (2001), depois de muito pesquisar e procurar uma resposta para todos os tipos de problemas que existiam na aldeia, e tomado pelo desespero em reverter a situação, decidiu identificar o nome de algumas pessoas, emprestou a quantia que elas precisavam, exigindo no entanto, o compromisso do reembolso, quando o favorecido estivesse em condições de fazê-lo.

Conforme informações obtidas no site Página do Microcrédito, com o passar do tempo, Yunus, obteve ajuda de bancos e instituições privadas, criando em 1978, o Grameen Bank e o modelo atual de microcrédito, que atualmente pode ser definido como sistema de crédito diretamente relacionado à pobreza, através do financiamento aos micro produtores, via grupos solidários, que prestam garantia mútua dispensando a garantia tradicional dos bancos.

De acordo com Ribeiro (2002, p.54):

O Grameen é maior exemplo prático de um projeto de microcrédito citado mundialmente, que obteve grande sucesso no seu objetivo de permitir o acesso ao crédito para a população de baixa renda de Bangladesh. Sua filosofia consiste basicamente em emprestar pequenos valores à população destituída de todo e qualquer meio de produção, possibilitando-lhes desenvolver atividades autônomas que os libertem do círculo vicioso de dependência dos agiotas, que dominam o mercado de microcrédito, para que com isso possam deixar a condição de pobreza absoluta.. Trata-se, portanto, de uma instituição de crédito destinada a oferecer recursos financeiros à população carente deste recurso produtivo, sendo assim, uma instituição com ação diferenciada das que operam neste “mercado”.

A atitude de Yunus ficou marcada como sendo a primeira operação de um

empreendimento – o microcrédito – que deu início a fundação do Grameen Bank – empresa criada com o objetivo de por fim à pobreza.

Segundo Yunus (2001, p. 139):

Quando uma pessoa, que nunca antes havia tomado dinheiro emprestado, paga a primeira prestação, sua felicidade é imensa, pois ela provou ser capaz de ganhar o suficiente para saldar suas dívidas [...]. Ela descobre a sua própria capacidade e transborda de alegria, uma alegria palpável e contagiosa, que se transmite a todos. Ela percebe que vale mais do que as pessoas pensavam e que tem em si potencialidades insuspeitadas.

O Grameen Bank financia cerca de 3 milhões de pessoas pobres das zonas rurais de Bangladesh, sendo que as mulheres representam 96% dos clientes do Banco.

Para Ribeiro (2002, p. 54):

Um fator que diferencia o Grameen dos demais bancos é sua postura ativa com relação à concessão dos empréstimos, sua ação se dá diretamente nas aldeias divulgando os objetivos e o funcionamento do Banco, incentivando a adesão à instituição, agindo desta forma como uma espécie de instituição de assistência social, com potencial para incluir os excluídos à economia formal, desde que essa formalização não imponha maiores custos aos microempreendedores, que inviabilize essa formalização.

A experiência do Grameen Bank gerou a revolução do microcrédito no mundo, onde hoje existem programas nele espelhados em diversos países.

De acordo com Barone (2002, p.18) “ a ação do Banco Grameen, hoje constituído como instituição financeira privada que cobra taxas de juros de mercado, vem ajudando milhões de pessoas pobres de Bangladesh a aumentar a produtividade de seus empreendimentos e elevar a sua qualidade de vida”.

O papel principal das instituições de microcrédito é de atuar como agente na transferência de capital ou liquidez, daqueles que os têm em excesso, em determinado momento, para aqueles que deles necessitam.

Ainda de acordo com Barone (2002, p.19):

De fato, O Banco Grameen constituiu uma referência para a comunidade internacional de microcrédito e o seu modelo já foi reproduzido em mais de 30 países, apesar das críticas recentes sobre a sustentabilidade financeira do Banco. Atualmente, atende, juntamente com outras organizações nele inspiradas, mais de 3 milhões de clientes.

A oferta de crédito é o caminho natural para a escassez de capital que prejudica os micro e pequenos empreendimentos, que é uma das principais formas de intermediação financeira.

2.1.2 Exemplos de Instituições de Microcrédito no mundo

Yunus (2001), cita algumas das principais organizações de microcrédito no mundo:

Acción Comunitária Del Peru – (Peru) – A ACP é uma ONG (Organização não Governamental), que oferece créditos em Lima, no Peru. Seu programa de crédito iniciou em 1984.

FINCA Costa Rica – FINCA/CR – (Costa Rica) – Foi fundada em 1984, e é um dos programas que mais cedo desenvolveu uma metodologia bancária para pequenas comunidades. Direciona seus empréstimos para a população rural.

Compartamos – (México) - Fica no México e é uma ONG fundada em 1985, mas só começou a funcionar em 1990. O Programa “Gente Nueva” utiliza os moldes bancários para as pequenas comunidades, com foco nas mulheres das áreas rurais e semi-urbanas.

Cooperativa Liberacion – (Chile) – É uma união de crédito dedicada a microempresa, oferecendo empréstimos individuais e serviços de poupança a seus sócios, principalmente em Santiago, Chile. Sua fundação foi em 1986.

Fundación para la Promoción y Desarrollo de la Microempresa – PRODEM – (Bolívia) - Começou suas atividades em 1986 como uma ONG, oferecendo crédito à grupos de microempresas urbanas, sendo precursora do BancoSol. Em 1992, sua carteira de crédito urbana foi passada na BancoSol, desenvolvendo uma nova clientela nas áreas rurais e urbanas na Bolívia.

Agence de Crédit pour l'Enterprise Privée – ACEP – (Senegal) – Foi fundada em 1987, atuando em províncias do Senegal, expandindo-se para operar em outras áreas do país.

Corposol Bogotá – (Colômbia) – É uma ONG que se transformou em uma financeira (Finansol) em 1997. A instituição foi fundada em 1988.

Banco Solidário Bolívia – (BancoSol) - É um banco comercial autorizado e dedicado à microfinanças, oferecendo crédito e caderneta de poupança à microempresas. Seu programa de crédito está focado em grupos solidários e funciona em áreas urbanas da Bolívia. Cresceu a partir do trabalho da ONG PRODEM e se transformou em Banco em 1992.

Empreender Buenos Aires – (Argentina) – Foi fundado em 1992 e é uma instituição que oferece crédito em áreas urbanas da Argentina, sendo a maioria

destinados para grupos solidários.

Financeira Calpiã S.A. – (El Salvador) – Começou a funcionar como uma cooperativa de crédito e transformou-se em financeira em 1995, oferecendo empréstimos individuais a microempresas e pequenos negócios, captando poupanças e operando principalmente nas áreas urbanas.

O microcrédito vem se mostrando como uma fonte principal de recolocação profissional para milhares de pessoas, desempregadas ou não, que buscam melhores oportunidades no mercado cada vez mais competitivo.

2.2 Microcrédito no Brasil

No Brasil, as microfinanças foram iniciadas pelas organizações não governamentais, que tiveram papel fundamental na consolidação do microcrédito no país, entidades estas, que contribuíram para a expansão desta atividade.

Segundo Barone (2002, p.21):

O Brasil foi um dos primeiros países no mundo a experimentar o microcrédito para o setor informal urbano. Em 1973, nos municípios de Recife e Salvador, por iniciativa e com assistência técnica da organização não governamental Accion Internacional, na época AITEC, e com a participação de entidades empresariais e bancos locais, foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como Programa UNO.

A UNO era uma organização não governamental especializada em fornecer crédito para trabalhadores informais de baixa renda. Apesar de ter sido referência para a expansão dos programas de microcrédito na América Latina, a UNO desapareceu após dezoito anos de atuação, por não considerar a auto-sustentabilidade parte fundamental de suas políticas. (Barone, 2002).

De acordo com o site do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa - SEBRAE, a primeira organização formal de microcrédito no Brasil, é datada de 1987, criada na cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul, o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), sob a forma de organização não governamental. Contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Inter-American Foundation (IAF) que aportaram recursos para os financiamentos. Nos anos 90, uma rede de CEAPE foi implantada em doze estados brasileiros. A Rede CEAPE, ao longo desses anos, concede

créditos individuais com garantia de avalista e Grupos Solidários.

No Brasil, o total de microempreendimentos era de 13,9 milhões, dos quais 3,9 milhões chefiados por mulheres e 10 milhões por homens, sendo que estes dados não incluem os agricultores familiares da zona rural. No entanto, 62,7% destes microempreendimentos, utilizam o lucro do seu negócio como forma de financiamento, apenas 4,8% conseguem obter empréstimos bancários. (BARONE, 2002).

De acordo com Barone (2002), pode-se citar algumas instituições de microcrédito no Brasil:

O Banco da Mulher/Seção-Bahia foi criado em 1989, com apoio do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e do BID. Atendia inicialmente o público feminino, incorporando posteriormente a clientela masculina. Hoje o Banco da Mulher está representado em outros estados como: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além da Bahia. Até setembro de 2001, o Banco da Mulher já havia concedido cerca de 9 mil créditos, totalizando R\$ 6,7 milhões.

A Instituição Comunitária de Crédito – Portosol, foi criada em 1995, com recursos de doações da Prefeitura de Porto Alegre, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), da Inter-American Foundation (IAF) e de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do SEBRAE/RS. A Portosol, até 32/12/2001, já havia realizado cerca de 28,5 mil operações de crédito que somaram R\$ 38,7 milhões.

O VivaCred foi criado em 1996, localizado na favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa no Movimento Viva Rio, com o objetivo de conceder crédito para microempreendimentos de pessoas de baixa renda. Existem quatro agências localizadas nas favelas da Rocinha, Maré e Rio das Pedras e na Zona Sul do Rio de Janeiro. O VivaCred contou com o apoio financeiro do BID, BNDES e da Fininvest e conta com apoio técnico e institucional do SEBRAE. Até 31/12/2001, já havia realizado mais de 8,4 mil operações emprestando cerca de R\$ 14 milhões.

Em 1998 foi criado o CrediAmigo, que é um programa de microcrédito do Banco do Nordeste, que oferece crédito aos pequenos empreendedores de baixa renda da região Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Hoje é

considerado o maior programa de microcrédito do país. Até 31/12/2001, já havia realizado mais de 599,8 mil operações num total de R\$ 440 milhões.

Em 1996, o BNDES criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com o propósito de divulgar o conceito de microcrédito e fortalecer a rede de instituições que oferecem créditos aos pequenos empreendedores, formais e informais, viabilizando investimento para a geração de ocupação e renda. O BNDES inicialmente atendia as organizações não governamentais, mas a partir de 2001, passou a apoiar as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM).

De acordo com Ferrarezi e Rezende (2000, p.105):

A regulamentação elaborada para o terceiro setor foi instituída em 1999, criando uma nova titulação que, para ser obtida pelas ONGs, exige uma séria de adaptações. Nesse mesmo período o título de Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), foi criado pela Lei 9.790, de 23 de março de 1999, sendo posteriormente contextualizado no setor de microfinanças pela Medida Provisória 2.172-32 de 23 de agosto de 2001.

Essa legislação na qual colocou as ONGs com o título de OSCIP, em uma posição de vantagem, ao facultar às instituições contempladas pela Lei 9.790/99 o acesso aos recursos destinados aos programas de fortalecimento do setor e isentá-las da lei da usura, permitindo a prática de juros de acordo com as suas necessidades e condições de mercado.

Segundo Ferrarezi e Rezende (2000, p105):

No período anterior à elaboração do marco legal, definido pelo Governo Federal em 1999, o setor de microfinanças era composto, a princípio, apenas pelas iniciativas das ONGs, sendo posteriormente incorporadas também as experiências de governos locais e o programa do Banco do Nordeste. A elaboração desse marco legal, inaugura um cenário de transição no qual os diversos atores envolvidos negociam suas posições no setor, estando alguns deles em posição vantajosa, devido aos benefícios obtidos pela legislação implantada. Esse marco legal possui o claro intuito de traçar diretrizes para a expansão do microcrédito no território nacional.

A crescente expansão que o setor de microfinanças vem consagrando nos últimos anos no Brasil, comprova o quanto a prática do microcrédito tem-se mostrado atrativa para o setores financeiro, público e privado, interessados no fomento do desenvolvimento social.

2.2.1 Microcrédito em Santa Catarina

Em Santa Catarina, a proposta de Plano de Governo, escolhida pela sociedade catarinense em outubro de 1998, definia como compromisso da futura administração instituir o Crédito de Confiança. Para este projeto, o Governo do Estado contou com a parceria da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC), SEBRAE/SC e da Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (FAMPESC). Hoje, este projeto chama-se Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado de Santa Catarina. (SACHET, WATERKEMPER E SACHET, 2001).

Segundo Sachet, Waterkemper e Sachet (2001, p.37);

O detalhamento do compromisso definia que o crédito de confiança será concedido através de organizações não governamentais, estruturadas com o apoio do Governo do Estado, do Governo Federal e da comunidade. O crédito será operacionalizado em três diferentes modalidades:

- concessão de avais, em financiamentos concedidos pelo Crédito de Confiança;
- concessão de financiamentos a pessoas jurídicas caracterizadas como micro e pequenas empresas, voltados à expansão da atividade produtiva e/ou à manutenção da respectiva força de trabalho;
- concessão de financiamentos a pessoas físicas, voltados à implementação de pequenos negócios e/ou à compra de ferramentas e/ou equipamentos de trabalho.

Por meio de estudos realizados por Sachet, Waterkemper e Sachet (2001), ficou constatado que apenas 30% dos brasileiros movimentam uma conta bancária. Esse dado mostra que, grande parcela da população do país está ao largo da produção e do consumo.

De acordo com o site do BNDES, o período 2003/2004 caracterizou-se por uma intensa articulação intragovernamental e do governo com os interlocutores do segmento, na busca da definição de uma política nacional do microcrédito, contemplando ações que procuram facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre os microempreendedores formais e informais, visando a geração de renda e trabalho e à redução das taxas de juros nos financiamentos.

O microcrédito atinge 43 países, beneficiando milhões de pessoas. Em Santa Catarina, em 1999, segundo Sachet, Waterkemper e Sachet (2001), existiam apenas duas instituições criadas com o objetivo de disponibilizar crédito para as pequenas iniciativas econômicas. Hoje, são 19 instituições de microcrédito no Estado, sendo algumas delas:

O Banco da Mulher em Lages, foi constituído e inaugurado no dia 21 de

outubro de 1998. Foi a organização pioneira da rede do Crédito de Confiança. O capital foi constituído com aportes do BADESC, do BNDES, da Prefeitura de Lages, da comunidade e da iniciativa privada de Lages. O Banco também atende os pequenos empreendedores de Otacílio Costa, Curitibaanos, Correia Pinto e São Joaquim, através dos postos avançados.

O Banco do Empreendedor em Florianópolis, foi constituído em 9 de setembro de 1999. Para sua constituição, teve aporte do BADESC e da Prefeitura de Florianópolis. Além da sede em Florianópolis, no bairro Estreito, o Banco atende as regiões de Tijucas e Biguaçu, através de postos avançados. O apoio proporcionado pelo Banco aos empreendedores assegurou a manutenção de mais de dois mil postos de trabalho e a geração de mais de quatrocentas oportunidades de trabalho.

A organização Crédito do Oeste (CREDIOESTE), com sede em Chapecó, foi instituída no dia 19 de maio de 1999 e inaugurada no dia 4 de novembro do mesmo ano. Para a composição do capital, deram aporte o BADESC, a Prefeitura de Concórdia, Pinhalzinho e Cordilheira Alta. Além da sede em Chapecó, os empreendedores são atendidos através de um posto avançado em Xanxerê.

A Instituição de Crédito Solidário (CREDISOL), de Criciúma, foi instituída no dia 1º de dezembro de 1999 e inaugurada no dia 16 do mesmo mês. O capital da instituição foi constituído do BADESC e das Prefeituras da Região. Além da sede em Criciúma, a CREDISOL atua através de postos avançados localizados em Sombrio, Balneário Gaivota, Siderópolis, São João do Sul, Araranguá e Turvo.

A Instituição de Crédito dos Empreendedores do Planalto (PLANORTE), com sede em Canoinhas, foi constituída em 12 de maio de 1999 e inaugurada em 18 de abril de 2000. Na composição do seu capital participaram o BADESC, as Prefeituras da Região e outras pessoas jurídicas. A instituição possui postos avançados em Mafra e Porto União.

O Banco do Pequeno Empreendedor (BAPEM), de Caçador, foi constituído e inaugurado em 18 de maio de 2000. O capital foi aportado pelo BADESC e pelas Prefeituras da Região. Além da sede em Caçador, o Banco atende em Joaçaba, Campos Novos, Curitibaanos e Videira, através dos postos avançados.

A Extremo Oeste Agência de Crédito (EXTRACREDI), de São Miguel do Oeste, foi instituída no dia 1º de junho de 2000 e inaugurada no dia 20 de maio do mesmo ano. Seus recursos foram integralmente originários do BADESC. Além da

sede, em São Miguel do Oeste, a instituição atende nos postos avançados de São Lourenço do Oeste, Maravilha e Itapiranga.

A Casa do Empreendedor, de Joinville, foi constituída em 19 de junho de 2000 e inaugurada um mês depois. Seu capital foi integralmente aportado pelo BADESC. Além da sede em Joinville, atua através de postos avançados de Jaraguá do Sul e de São Bento do Sul.

O Banco de Crédito Popular da Foz do Rio Itajaí-Açu (BANCRI), foi constituído em 29 de junho de 2000 e inaugurado em 28 de julho. Seu capital foi aportado pelo BADESC e das Prefeituras da Região. Além da sede em Itajaí, o BANCRI atua através de dez postos avançados, nas cidades de Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha, Piçarras e Porto Belo.

A Casa do Microcrédito, de Tubarão, foi constituída em 7 de dezembro de 2000 e inaugurada em 28 de junho de 2001, com seu capital integralmente aportado pelo BADESC. Além de Tubarão existem nove postos avançados, localizados nos municípios de Laguna, Capivari de Baixo, Imbituba, Imaruí, Gravatal, Armazém, Braço do Norte, São Ludgero e Grão-Pará.

A Agência de Microcrédito Solidário do Alto Uruguai Catarinense (CREDICERTO), de Concórdia, foi instituída no dia 5 de junho de 2001 e inaugurada em 12 de julho de 2001, com seu capital integralmente aportado pelo BADESC. Além da sede em Concórdia, a Agência instalou um posto avançado localizado na cidade de Seara.

Conceder financiamentos aos pequenos empreendimentos pode ser um excelente negócio. O crédito popular não substitui as políticas de proteção social, mas está sendo considerado um fator estratégico para uma política de trabalho e renda. Esses programas, apesar de terem peso governamental, estão sendo conduzidos pela sociedade.

Para Miranda (2000, p.15):

A regulamentação do setor de microfinanças também é responsável por atribuir funcionalidades específicas aos atores que o integram. A distribuição de papéis é fundamental para o estabelecimento de um ambiente de especialização das instituições em cada uma das atividades necessárias ao funcionamento do setor. Esse processo de especialização é em princípio, favorável para a profissionalização das instituições, o que tende a aumentar a eficiência dos serviços e a otimizar a operação de microcrédito. Evidentemente, essa “funcionalização” das instituições deve-se dar paralelamente a uma política que fomente a articulação entre elas, de modo que se possam combinar serviços eficientes com ações

integradas.

Os empréstimos concedidos por estas instituições, destinam-se a toda pessoa que trabalha por conta própria, micros e pequenas empresas, formais e informais. Os créditos são liberados para compra de mercadorias, matéria-prima, ferramentas, equipamentos, veículos utilitários, melhorias e/ou ampliações e conserto de equipamentos, podendo serem parcelados em até 24 meses, com prestações fixas e sem cobrança de taxa de abertura de crédito.

2.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade social é um assunto que foi inserido nas organizações recentemente. A própria evolução dos meios de comunicação contribui para a divulgação dessa idéia, onde as empresas devem estar cada vez mais atentas às suas responsabilidades sociais.

Segundo Torres (2005, p.02):

Os investimentos na própria empresa também são de suma importância para a sobrevivência no mundo atual. Desta forma, quem não investe na educação e no progresso dos seus funcionários e não está atento com a saúde e a alimentação de toda equipe – pagando baixos salários e exigindo longas jornadas de trabalho – só vai colher baixa produtividade, pouco compromisso e dedicação. Além de muito desperdício de materiais e matérias primas. Como da mesma forma e pelos mesmos motivos, terá funcionários faltosos e grande rotatividade de mão-de-obra, que obviamente vai acabar comprometendo a qualidade dos produtos e serviços, num enorme desperdício de treinamento e formação. Leia-se tempo e dinheiro.

Cada vez mais os empreendedores devem estar atentos para as suas responsabilidades sociais, pois com o mercado cada dia mais competitivo, se faz necessário que as empresas tenham um planejamento estratégico para garantir a sua sobrevivência.

Segundo Martinelli (1997, p.83):

A empresa socialmente responsável assume uma postura proativa, ou seja, considera responsabilidade sua buscar e implementar soluções para os problemas sociais. Cultiva e pratica um conjunto de valores que podem ser explicitados em um código de ética, formando a própria cultura interna e funcionando como referência de ação para todos os dirigentes em suas transações.

Independentemente do porte de uma empresa, nota-se que a responsabilidade social é considerada cada vez mais como uma das principais

estratégias para alavancar o crescimento organizacional.

Votaw (1975, apud ASHLEY, 2002, p.7) define responsabilidade social como:

Significa algo, mas nem sempre a mesma coisa, para todos. Para alguns, ela representa a idéia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, significa um comportamento responsável no sentido ético; para outros ainda, o significado transmitido é o de responsável por, num dado causal. Muitos simplesmente, equiparam-na a uma contribuição caridosa; outros tomam-na pelo sentido de socialmente consciente.

Na opinião de Jaramillo e Angel (1996, apud ASHLEY 2002, p.7) “responsabilidade social pode ser também o compromisso que a empresa tem com o desenvolvimento, bem-estar e melhoramento da qualidade de vida dos empregados, suas famílias e comunidade em geral”.

Ser socialmente responsável não é somente cumprir plenamente as obrigações legais, mas também investir no bem estar de seus funcionários e sociedade, independentemente de obrigação.

Para Ashley (2002, p.50), responsabilidade pode ser definida:

Trata-se do compromisso nos negócios pelo comportamento ético que contribua para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, pressupondo a realização de decisões empresariais que sejam resultado da reflexão sobre seus impactos sobre a qualidade de vida atual e futura de todos que sejam afetados pela operação da empresa.

Hoje se discute que as empresas não podem somente visar o lucro, devem manter um bom relacionamento com a sociedade em geral, cumprindo suas obrigações exigidas por lei e ter um pensamento e ações voltados para uma empresa socialmente responsável.

De acordo com Silva e Freire (2001, p.16):

A idéia de responsabilidade social começou a ser discutida e difundida ainda nos anos 60 após a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), demorou até a segunda metade dos anos 70 para difundir-se amplamente. As principais manifestações estavam concentradas no Estado de São Paulo – fato que se explica pela importância econômica e política desse Estado, que reúne, desde o início da industrialização brasileira, as maiores empresas e entidades de representação empresarial do país.

Essa discussão sobre a responsabilidade social acabou trazendo conseqüências, onde as empresas passaram a estarem mais voltadas para os investimentos nas áreas sociais, relacionadas com seus funcionários, meio ambiente e as comunidades nas quais estão inseridas.

Conforme Silva e Freire (2001, p.19);

A partir do momento em que novas idéias/discursos começaram a aumentar e tornaram-se significativas, surgiu a necessidade – e, obviamente, o interesse – em torná-las públicas. Ou seja, dar maior visibilidade e publicidade às ações sociais e ambientais realizadas pelas empresas. Para esse feito, começaram a ser utilizados relatórios regulares. Alguns desses documentos de periodicidade anual foram chamados de Relatório de Atividades Sociais. Posteriormente, alguns evoluíram em forma e conteúdo e – em uma clara alusão ao balanço contábil e financeiro da empresa – começaram a receber a denominação , que vem tornando-se cada vez mais usual nos últimos anos, de Balanço Social.

Nesse novo cenário, as empresas estão implementando mudanças políticas, econômicas e sociais, pois a sociedade está cada vez mais buscando e exigindo informações sobre as ações das empresas no âmbito social.

2.4 Conceitos de Balanço Social

O balanço social é uma demonstração que tem sua origem na contabilidade social, mas não deve ser visto como um demonstrativo meramente contábil, mas sim, como uma forma de as empresas exporem suas preocupações com a responsabilidade social, sendo esta, também um dos objetivos das empresas.

Conforme Kroetz (2000, p.21):

A Contabilidade é uma ciência social que estuda a riqueza patrimonial individualizada, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, tendo, entre seus objetivos, a geração de informações e a explicação dos fenômenos patrimoniais, possibilitando o controle, o planejamento e a tomada de decisões, no enfoque passado/presente/futuro. Tudo isso servindo aos mais diversos usuários, para que eles possam, por meio de seus atos, buscar a prosperidade da entidade e da sociedade.

O balanço social também têm como função mapear e avaliar o desempenho social da empresa, tendo como objetivo demonstrar à seus usuários de maneira confiável, uma prestação de contas para que possam conhecer e avaliar a qualidade de seus investimentos.

Dessa forma, alguns autores conceituam o balanço social:

Segundo Tinoco (2001,p.14):

O Balanço Social é um instrumento de gestão e de informações que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários.

De acordo com o Projeto de Lei nº 3.116 de 1997, Suplicy, Tavares e

Starling, conceituam :

Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Conforme Ludícibus, Martins e Gelbcke (2000, p.31):

O Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público. Constituído dos recursos naturais, humano e o direito de conviver e usufruir seus benefícios da sociedade em que atua.

Apesar de autores diferentes, pode-se notar que os conceitos anteriores estão dirigidos para um mesmo ponto, de colocar a sociedade a par das políticas das entidades.

Para Silva e Freire (2001, p.124):

Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida. Nesse sentido, é um instrumento valioso para medir o desempenho do exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos. É um indicador cristalino da forma como ela é administrada. Por meio dele, a empresa mostra o que faz por seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta. É uma forma de dar transparência a suas atividades, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da sociedade. É um mecanismo de construção de vínculos mais estreitos entre empresa e sociedade

No balanço social a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, mostrando transparência nas suas atividades, buscando melhorar a qualidade de vida para todos, formando assim, vínculos entre a empresa, sociedade e meio ambiente.

De acordo com Kroetz (2000,p.15 e 16):

A intenção do Balanço Social é divulgar as informações sociais e ecológicas, destinadas aos diversos usuários da contabilidade (internos e externos), que refletem os impactos de algumas das mutações patrimoniais das entidades na sociedade e no meio ambiente. Ele é um instrumento gerencial que supre uma exigência social, no qual são encontrados os dados que auxiliam o planejamento, o controle, a análise, a avaliação e a conseqüente tomada de decisão nas mais diversas esferas empresariais e governamentais.

As organizações, neste sentido, assumem obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Para Sucupira (2002,p.01), “fazer e publicar o balanço social é mudar a visão tradicional em que a empresa deveria tratar apenas de produzir e obter lucro, sem se preocupar com a satisfação de sua força de trabalho [...]”.

Conforme o Art. 3º do Projeto de Lei nº 3.116/97, o balanço social deverá conter informações sobre:

I – A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhando o total das remunerações e valor total pago a empresas prestadoras de serviços;

II – Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antigüidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor total de participação dos empregados no lucro da empresa; total de remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas-extras trabalhadas; valor total das horas-extras pagas;

III – Valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;

IV – Valor dos tributos pagos, especificando cada item;

V – Alimentação do trabalhador: gastos com restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VI – Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolso de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com biblioteca (excluído pessoal); gastos com educação e treinamento dos empregados, destacando os gastos com os empregados adolescentes; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VII – Saúde dos empregados: valor dos gastos com planos de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VIII – Segurança no trabalho: valor dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;

IX – Outro benefícios: seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas; transportes; creches e outros benefícios oferecidos aos empregados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

X – Previdência privada: planos especiais de aposentadoria; fundações providenciárias; complementações; benefícios aos aposentados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XI – Investimentos na comunidade: valor dos investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação,saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII – Investimentos e meio ambiente: reflorestamento; despoluição; gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

Parágrafo Único: Os valores mencionados no Balanço Social deverão ser

apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa.

O balanço social, além de demonstrar as políticas adotadas pelas empresas direcionadas à sociedade, serve também como instrumento gerencial, reunindo dados quantitativos e qualitativos voltadas às relações entidade/ambiente/sociedade.

Tinoco (2001, p. 30), explica que:

O Balanço Social é uma necessidade de gestão e resposta a uma demanda de informações e tem duplo objetivo:

- No plano legal, fornece um quadro de indicadores a um grupo social, que após ter sido apenas um simples fator de produção, encontra-se promovido como parceiro dos dirigentes da empresa.
- No plano de funcionamento da empresa, serve de instrumento de pilotagem no mesmo título que os relatórios financeiros. Os trabalhadores encontram-se assim associados à elaboração e à execução de uma política que os liga ao principal dirigente.

Neste sentido o balanço social tornou-se uma ferramenta de grande importância tanto para a tomada de decisão como de gestão, fazendo com que sua elaboração e publicação incentive novas organizações à seguirem o mesmo caminho.

2.4.1 Evolução Histórica do Balanço Social

O balanço social é um tema que cada vez mais vêm sendo abordado e discutido na atualidade, o que constitui um importante instrumento de divulgação das atividades sociais das empresas que visam prestar contas das suas ações à sociedade.

Segundo Silva, Andrade e Mota (2005, p.02):

O Balanço Social tem suas origens na Europa e Estados Unidos. A primeira tentativa de elaboração de informações de caráter social deu-se na Alemanha, cujas instituições envidaram esforços para a elaboração de um relatório que evidenciasse suas atuações no campo social desde 1920. Já em 1930, uma empresa alemã, a AGE, publicava o seu modelo de balanço social sem que houvesse nenhuma lei que a obrigasse. Nos Estados Unidos, em 1930, as universidades começaram a estudar formas de evidenciar a preocupação das instituições com temas sociais, tais como a violência e as relações de consumo.

De acordo com Tinoco (1984, p. 21-22), a elaboração dos primeiros relatórios sócio-econômico que procuravam descrever as relações sociais na empresa iniciou-se nos Estados Unidos, após a Guerra do Vietnã, na década de 60,

devido as pressões que as empresas envolvidas na fabricação de armas sofreram da sociedade para terem uma postura mais ética.

Conforme as pesquisas realizadas por Tinoco (1984, p.21-22), a Guerra do Vietnã, teve como consequência a insatisfação popular, gerando manifestações por parte da população. Foi neste período que começou a ser abordado o papel da responsabilidade social nas empresas.

De acordo com Sucupira (2002, p.01):

É na década de 60, nos Estados Unidos, que surge a preocupação por parte das empresas em prestar informações ao público sobre suas atividades no campo social. O repúdio da população à Guerra do Vietnã deu início a um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de empresas que de alguma forma estavam ligadas a esse conflito armado. Várias instituições da sociedade civil, como as igrejas e fundações, passaram a denunciar o uso de armamentos sofisticados (gases paralisantes, napalm, etc.) que dizimavam civis inocentes, afetavam negativamente o meio ambiente e colocavam em risco a própria sobrevivência do homem.

Foi a partir desses acontecimentos, segundo Sucupira (2002, p.01), visando reagir às pressões da sociedade, que exigia nova postura ética, as empresas passaram a prestar contas de suas ações ilustrando seu objetivo social, com o intuito de melhorar a imagem junto a consumidores e acionistas.

Torres (2005, p.01), elenca alguns fatos importantes que aconteceram após esse período. São eles:

- Em 1971, a companhia alemã STEAG produziu uma espécie de relatório social, um balanço de suas atividades sociais.
- Em 1972, na França, a empresa SINGER fez, o assim, chamado, primeiro Balanço Social da história das empresas. Esse balanço pode ser classificado como um marco na história dos balanços sociais, propriamente dito.
- Em 1977, também na França, que surgiu a primeira lei que enfoca o Balanço Social. Foi a lei nº 77.769, de 12 de julho de 1977, que tornou obrigatória a realização de Balanços Sociais periódicos para as empresas que tivessem a partir de 300 empregados.

Apesar das empresas dos Estados Unidos terem sido as pioneiras na prestação de contas ao público, foi a França a primeira nação a tornar obrigatória a sua elaboração.

Conforme Carvalho (apud KROETZ 2000, p.55-56):

Na França, concebe-se inicialmente o Balanço Social como um método global de investigação social para o diagnóstico da 'saúde' social desta e planificação estratégica do futuro, sob proposta do 'Institut de l'Entreprise', em colaboração com uma equipe de investigadores dirigida por Alian Chevalier,; mais tarde surge o relatório Sudreau, que deu origem, em 1977, à lei sobre Balanço Social.

Desde a sua origem, em meados da década de 30, quando surgiram os primeiros estudos e relatórios sociais, vem crescendo o número de empresas que elaboram e publicam o balanço social. Na França, isto ocorre talvez pelo fato da sua obrigatoriedade.

A partir daí, diversos países seguiram os passos da França e passaram a exigir a elaboração do Balanço Social, dentre eles pode-se citar: Alemanha, Holanda, Bélgica, Espanha, Inglaterra e Portugal.

Segundo Torres (2005, p.01), “no Brasil, pode-se dizer que a preocupação com a responsabilidade social começou ainda na década de 60, onde a mudança de mentalidade empresarial pôde ser notada na ‘Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas’, desde a sua publicação, em 1965, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil).”

Torres (2005, p. 01-02), faz uma explanação geral dos acontecimentos importantes que marcaram a evolução do Balanço Social no Brasil:

- Na década de 80, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), chegou a elaborar um modelo de Balanço Social. Porém, só a partir do início dos anos 90 é que algumas poucas empresas passaram a levar a sério esta questão e divulgar sistematicamente em balanços e relatórios sociais as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários.
- Em 1984, foi realizado o Balanço Social da Nitrofertil, uma empresa estatal situada na Bahia, que foi considerado o primeiro documento brasileiro do gênero, que carrega o nome de Balanço Social. No mesmo período, estava sendo realizado o Balanço Social do Sistema Telebrás, publicado em meados da década de 80. O do Banespa, realizado em 1992, compõe a lista das empresas percursoras em balanço social no Brasil.
- Em meados de 1997, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (IBASE) chamou a atenção dos empresários e toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização do balanço social em um modelo único e simples. Este modelo foi desenvolvido pelo IBASE em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com setores da própria sociedade.
- Ainda em 1997, o IBASE realizou em amplo seminário no Rio de Janeiro, e parceria com diversas empresas públicas e privadas, para discutir a importância da realização do balanço social e da própria responsabilidade social.
- Em 1998, para dar prosseguimento a este último grande desafio lançado pelo Betinho, foi realizado outro seminário com parcerias da Petrobrás e do Jornal Gazeta Mercantil, onde foi destacado e importância do reconhecimento e fortalecimento do ‘Selo Balanço Social’, criado pelo IBASE e que está sendo fornecido às empresas que publicam seu balanço social anualmente.

Percebe-se que os primeiros balanços sociais que foram elaborados no Brasil remontam da década de 80. Apesar de, hoje em dia, esse assunto estar na

“moda”, há muito tempo que se pensa e fala em responsabilidade social das empresas.

O modelo de balanço social proposto pelo IBASE considera o seguinte conjunto de informações:

Base de Cálculo	Receita Líquida (RL), Resultado Operacional (RO) e Folha de Pagamento Bruta (FPB).
Indicadores Sociais Internos	Alimentação, Encargos Sociais Compulsórios, Previdência Privada, Saúde, Segurança e Medicina no Trabalho, Educação, Cultura, Capacitação e Desenvolvimento Profissional, Creches ou Auxílio-Creche, Participação nos Lucros ou Resultados, Outros.
Indicadores Sociais Externos	Educação, Cultura, Saúde e Saneamento, Esporte, Combate à fome e segurança alimentar, Outros.
Indicadores Ambientais	Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa. Investimentos em programas e/ou projetos externos.
Indicadores de Corpo Funcional	Nº de empregados(as) ao final do período. Nº de admissões durante o período. Nº de empregados(as) terceirizados(as). Nº de estagiários(as). Nº de empregados(as) acima de 45 anos. Nº de mulheres que trabalham na empresa. % de cargos de chefia ocupados por mulheres. Nº de negros(as) que trabalham na empresa. % de cargos de chefia ocupados por negros(as). Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais.
Informações Relevantes	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa e número total de acidentes de trabalho. Entre outros.

Quadro 1: Informações que compõem o Modelo IBASE de Balanço Social
Fonte: IBASE, 2004.

Grzybowski (2005, p.02) considera que o balanço social não é apenas um documento institucional, mas deve ser visto como algo necessário e legítimo, pois é uma demonstração de que a questão social tem sido tratada como uma questão estratégica e vital pela empresa.

Deste modo, o balanço social deve ser estruturado de maneira simples, de fácil interpretação e entendimento, contendo todas as informações relevantes das ações sociais das empresas, destinadas ao mais diversos usuários da sociedade.

No quadro 2 apresenta-se o modelo de balanço social proposto pelo IBASE e suas instruções para seu preenchimento:

Balanco Social Anual / 2005



1. Base de cálculo	2005 Valor (mil reais)			2004 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2. Indicadores sociais internos	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e saúde no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						
3. Indicadores sociais externos	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						
4. Indicadores ambientais	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5. Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais						
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2005			Metas 2006		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Numero total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Numero total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa _____ %	no Procon _____ %	na Justiça _____ %	na empresa _____ %	no Procon _____ %	na Justiça _____ %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2005:			Em 2004:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____ % governo	_____ % colaboradores(as)	_____ % acionistas	_____ % governo	_____ % colaboradores(as)	_____ % acionistas
	_____ % terceiros	_____ % retido		_____ % terceiros	_____ % retido	
7. Outras informações						

Instruções para o preenchimento

Realização	Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais efetivamente realizados pela empresa. Sugestão: este BS deve ser o resultado de um processo participativo que envolva a comunidade interna e externa.
Publicação	Este BS deve ser apresentado como complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários(as), clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários.
Selo "Balanço Social Ibase/Betinho"	A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo Ibase, pode receber o direito de utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho nos seus documentos, relatórios, papeleria, produtos, embalagens, site etc. Mais informações e normas: www.balancosocial.org.br RESTRICÇÕES: o Selo Balanço Social Ibase/Betinho NÃO será fornecido às empresas de cigarro, armas de fogo/munições e bebidas alcoólicas. O Ibase não concede, suspende e/ou retira o Selo Balanço Social Ibase/Betinho conforme critérios estabelecidos no site www.balancosocial.org.br
1. Base de cálculo	Itens incluídos
Receita líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais.
Resultado operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais.
Folha de pagamento bruta	Somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).
2. Indicadores sociais internos	
Alimentação	Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as).
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes.
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados(as).
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação.
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes).
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as).
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche a empregados(as).
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários.
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados.
3. Indicadores sociais externos	
Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados. Os itens na tabela aparecem como indicção de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente.
Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais.
4. Indicadores ambientais	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluíntes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa.
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral.
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI).
5. Indicadores do corpo funcional	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Considerar como trabalhadoras(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme a RAIS).
6. Informações relevantes	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor.
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano.
Normas	Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000).
Valor adicionado	Mais informações: www.balancosocial.org.br/cgi/ogilua.exe/sys/start.htm?infoid=9&sid=13
7. Outras informações	
	Outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência. Declarações para as empresas que solicitaram o Selo Balanço Social Ibase/Betinho.

Quadro 2: Modelo de Balanço Social e instruções para preenchimento proposto pelo IBASE. Fonte: IBASE, 2005.

2.4.2 Usuários do Balanço Social

O balanço social é uma ferramenta de gestão destinada aos mais diversos usuários que estejam interessados em obter informações sobre as ações que as empresas vêm desenvolvendo à nível social.

Tinoco (1984, p.41) observa os principais usuários do balanço social seriam:

- os grupos cujos membros de uma forma pessoal e direta trabalhem para a empresa, são os trabalhadores;
- os grupos que se relacionam com a empresa e que são clientes, pois de sua confiança e vive a empresa;
- os acionistas que apostam recursos a empresa;
- os sindicatos dos trabalhadores;
- as instituições financeiras;
- as autoridades físicas, monetárias e trabalhistas, o Estado;
- a comunidade local;
- os pesquisadores, professores, todos aqueles formadores de opinião.

Desta maneira, o balanço social é uma demonstração que oferece várias informações aos mais diversos usuários, que a utilizam de acordo com suas necessidades de esclarecimentos.

Segundo Gonçalves (1980, p.80), as informações contidas no balanço social atendem seus usuários da seguinte maneira:

- Aos Dirigentes: Fornece os elementos numéricos essenciais às suas tomadas de decisão, no que se refere aos programas e às responsabilidades sociais que cumpre à empresa enfrentar e desenvolver;
- Aos Funcionários: O Balanço Social garantirá a possibilidade de que suas expectativas sejam ouvidas pela empresa, de maneira sistematizada e quantificada;
- Aos Investidores e Fornecedores: O balanço social possibilitará o conhecimento da maneira como a empresa encara suas responsabilidades e relação a seu quadro humano, o que representará certamente um índice de maneira pela qual a empresa é administrada;
- Aos Consumidores: O balanço social poderá fornecer uma idéia do clima humano que reina na empresa, o qual represente seguramente fator dominante da qualidade do produto que a empresa lhes oferece;
- Ao Estado: O Balanço Social poderá oferecer subsídios importantes para a elaboração de normas legais que regulem da maneira mais adequada a atividade das empresas sempre com vistas ao bem de cada pessoa e de toda a comunidade.

De acordo com o IBASE (2006) por que fazer o balanço social?

- Porque é ético [...] ser justo, bom e responsável já é um bem em si mesmo.
- Porque agrega valor [...] o balanço social traz um diferencial para a imagem da empresa que vem sendo cada vez mais valorizado por investidores e consumidores no Brasil e no mundo.
- Porque diminui os riscos [...] num mundo globalizado, onde informações sobre a empresa circulam mercados internacionais em minutos, uma conduta ética e transparente tem que fazer parte da estratégia de qualquer organização nos dias de hoje.

- Porque é um moderno instrumento de gestão [...] o balanço social é uma valiosa ferramenta para a empresa gerir, medir e divulgar o exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos.
- Porque é um instrumento de avaliação [...] os analistas de mercado, investidores e órgãos de financiamento (como BNDES, BID e IFC) já incluem o balanço social na lista dos documentos necessários para se conhecer e avaliar os riscos e as projeções de uma empresa.
- Porque é inovador e transformador [...] realizar e publicar o balanço social anualmente é mudar a antiga visão, indiferente à satisfação e o bem-estar dos funcionários e clientes, para uma visão moderna em que os objetivos da empresa incorporam as práticas de responsabilidade social e ambiental.

Os reflexos das variações patrimoniais demonstram como e onde as empresas estão investindo na sociedade, pois uma das preocupações na elaboração do balanço social, é que ele forneça informações relevantes e de confiança.

Segundo Kroetz (2000, p.79-80), o balanço social tem como objetivos:

- revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;
- abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidade e outros;
- apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- formar um banco de dados confiável para a análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários;
- ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;
- contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade, sendo a própria demonstração do Balanço Social um parâmetro para tal;
- medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade dos negócios.; no amanhã da entidade; na marca/goodwill, na imagem do negócio;
- verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão (fase da gestão participativa);
- servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários;
- melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, numa perspectiva de confirmar a regularidade da gestão identificada com o gerenciamento social e ecologicamente correto;
- clarificar os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas e função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais.

Neste sentido, o balanço social, tem como objetivo, demonstrar aos seus usuários, de maneira clara e confiável, uma prestação de contas que possibilite o conhecimento e avaliação da qualidade das informações e dos investimentos que a empresa vêm praticando no âmbito social.

Tinoco (2001, p.35), destaca no quadro 3 algumas metas dos usuários do balanço social e da contabilidade:

USUÁRIOS	METAS RELEVANTES
Clientes	Produtos com qualidade; recebimentos de produtos em dia; produtos mais baratos; cortesia no atendimento.
Fornecedores	Parceria; segurança no recebimento; continuidade.
Colaboradores	Geração de caixa; salários adequados; incentivos à promoção; produtividade; valor adicionado; segurança no emprego; efetivo.
Investidores potenciais	Custo de oportunidade; rentabilidade; liquidez da ação.
Acionistas controladores	Retorno sobre o Patrimônio Líquido; Retorno sobre o Ativo; continuidade; crescimento no mercado; valor adicionado.
Acionistas minoritários	Fluxo regular de dividendos; valorização da ação; liquidez.
Gestores	Retorno sobre o Patrimônio Líquido; continuidade; valor patrimonial da ação; qualidade; produtividade; valor adicionado.
Governo	Lucro tributável; valor adicionado; produtividade.
Vizinhos	Contribuição social; preservação do meio ambiente; segurança; qualidade; cidadania.

Quadro 3: Usuários do Balanço Social e da Contabilidade
Fonte: Tinoco (2001, p.35)

As demonstrações contábeis divulgadas anualmente no Brasil, registram basicamente as informações relacionadas às operações econômico-financeiras das empresas.

Dessa maneira o balanço social é um instrumento de informação; é uma maneira pela qual as empresas prestam esclarecimentos perante a sociedade, evidenciando o exercício da responsabilidade social, divulgando as atividades desenvolvidas em favor da sociedade, colaboradores, clientes, fornecedores, possíveis investidores, gestores e ao governo.

2.4.3 Balanço Social: Voluntário ou Obrigatório?

O balanço social é um importante instrumento para a divulgação das atividades sociais que as empresas praticam e para prestar contas à sociedade das suas ações e responsabilidades.

Para Tinoco (1984, p.32):

Fazer um balanço social é com efeito, em um largo sentido descrever seu pessoal, a forma como este evolui, as diversas categorias que o compõe, as condições nas quais trabalha, como entra e como sai da empresa, a interface enfim, deste parceiro privilegiado com os outros membros dos que nós tínhamos qualificado de choque de interesse.

Existe muitas controvérsias com relação à regulamentação do balanço social no Brasil. O primeiro projeto de lei que procurou instituir a obrigatoriedade da publicação desse demonstrativo foi de autoria das deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, o Projeto de Lei nº 3.116/97.

Segundo Lima (2005, p.18):

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), apresentou, em audiência pública, proposta de inclusão do balanço social nas demonstrações financeiras já exigidas das empresas de capital aberto, não tendo havido consenso na época quanto ao encaminhamento da matéria. No momento, a CVM vem elaborando um Projeto de Lei que prevê alterações e inovações nas informações contábeis divulgadas pelas sociedades anônimas e limitadas. Dentre estas, destaca-se a obrigatoriedade da divulgação do Balanço Social por empresas de grande porte, que tenham faturamento anual superior a R\$ 150 milhões e ativos de mais de R\$ 120 milhões, mesmo que não tenham capital aberto.

A discussão gerada sobre a obrigatoriedade ou não da publicação do balanço social, demonstra que este demonstrativo é de grande valor estratégico para qualquer organização que venha a publicá-lo, principalmente para as organizações empresariais.

Conforme Gonçalves (190, p.12):

A questão está ligada mais a um processo de conscientização e ética das empresas do que a obrigá-las a adotar esta ou aquela política. Mesmo porque, nós já temos várias demonstrações de que, lamentavelmente, nem sempre o que é legislado é o cumprido e se o é, muitas vezes ocorre por caminhos sinuosos que, na maioria das vezes, não demonstram a veracidade dos fatos. Portanto, acredito mais no trabalho de conscientização do empresário sobre a questão social do que em leis de obrigatoriedade que podem gerar processos de “maquiagem” do balanço social.

Para Kroetz (2000, p.61):

O marketing, proporcionado pelo balanço social, é um aspecto de extrema

relevância que pode seduzir empresários a publicá-lo por entenderem-no como um novo instrumento de publicidade. Todavia, essa é apenas uma face da importância do balanço social, e não pode ser encarada como meta principal. Seu objetivo é o de compreender a atuação social da entidade, objetivando uma melhora contínua e não simplesmente transformá-lo em mais um serviço de divulgação. Antes de ser uma obrigação, o balanço social é um instrumento de apoio à gestão, pelo qual se mostra a face interna e externa da organização, o que permite sua avaliação, sua análise e os ajustamentos necessários.

A CVM apóia e incentiva a divulgação voluntária das ações empresariais que reflitam as suas preocupações e responsabilidades no campo social. Porém, resolveu não emitir qualquer ato normativo obrigando a elaboração e divulgação do Balanço Social.

De acordo com o Projeto de Lei nº 3.116/97, Suplicy, Tavares e Starling, ressaltam que:

Elaborar o Balanço Social é um estímulo à reflexão sobre as ações das empresas no campo social. O Balanço Social estimulará o controle social sobre o uso dos incentivos fiscais ou outros mecanismos de compensação de gastos com trabalhadores. Ajudará na identificação de políticas de recursos humanos e servirá como parâmetro de ações dos diferentes setores e instâncias da empresa, nos campos das políticas sociais. Além disso, contribuirá, fundamentalmente, como encorajamento à crescente participação das empresas na busca de maior desenvolvimento humano e vivência da cidadania.

Torres (2005, p.02) afirma:

Algumas iniciativas de se lançar a idéias e a prática da realização do balanço social e de estímulo à responsabilidade social das empresas vêm acontecendo nos últimos anos. Porém, mais do que nunca, precisam continuar, ser ampliadas e incentivadas. Desta forma., o IBASE vê colocando em foco este tema, por acreditar que a parceria entre empresas, governo e sociedade é fundamental para reduzir a pobreza e a injustiça social, promovendo um maior progresso e desenvolvimento social e humano. Contudo, muito ainda precisa ser estudado, pesquisado, e realizado na prática para que esta idéia possa, de fato, gerar fundos concretos para toda sociedade.

A posição do IBASE, quanto a elaboração e divulgação do balanço social, é que as empresas o faça de maneira voluntária, pois refletirá em uma ação positiva por parte das entidades, porém, não descarta a aprovação de uma lei.

Grzybowski (2005, p.03) salienta:

Para o IBASE é claro que a divulgação do balanço social é uma demonstração inequívoca de responsabilidade social e cidadã. A empresa decide expor-se, mostrar como exerce seus deveres em face da nossa imensa tarefa de construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável. A obrigação das empresas neste ponto é, acima de tudo, expressão das bases éticas em que assenta a atividade econômica. A obrigatoriedade legal de fazer o balanço social – mais uma imposição – não é exatamente o que Betinho buscou e o IBASE procura. Buscamos

adesão das empresas a uma causa social porque inadiável, pública porque de todos, cidadã porque participativa e, por fim, democrática porque justa e sustentável. Trata-se de compartilhar responsabilidades para que nossos filhos tenham um país melhor.

Como pode-se perceber, ainda se tem muito que discutir quanto a obrigatoriedade do balanço social. É necessário difundir a idéia e fazê-la crescer e divulgá-la no país. Fazer com que a idéia torne-se realidade, para que o balanço social não se torne uma peça de marketing, mas sim uma demonstração responsável de investimentos sociais realizados pelas empresas.

3 MODELOS DE BALANÇO SOCIAL

Ainda não existe um modelo padrão de balanço social para que possa ser utilizado pelas empresas, até porque sua elaboração e publicação não são obrigatórias.

Contudo, já existem propostas de modelos, porém as empresas acabam criando os seus modelos próprios, praticamente diferentes uns dos outros. Fato que ocorre, pois cada empresa quer mostrar o que faz de melhor.

Para Carvalho (apud KROETZ 2000, p. 78-79), a implementação do balanço social é desenvolvida em quatro fases:

- **fase política:** traduzida na tomada de consciência, por parte do corpo diretivo da entidade, da necessidade do Balanço Social como um instrumento gerencial e de relações públicas; tomada de consciência da responsabilidade social da entidade. Também inclui-se nesse estágio a “venda” da proposta para todo o quadro funcional, pois a construção de um bom Balanço Social depende do engajamento da totalidade do grupo organizacional;
- **fase operacional:** etapa em se busca implantar de forma operacional a demonstração do Balanço Social, exigindo. Muitas vezes, o aperfeiçoamento da estrutura sistêmica organizacional e de seus vários subsistemas, viabilizando a coleta, o tratamento e a geração de informações;
- **fase de gestão:** mediante a integração dos novos objetivos sociais no negócio, durante a qual o Balanço Social passa de simples instrumento de informação para instrumento de apoio à gestão. Nessa fase, adiciona-se os objetivos sociais e ecológicos aos objetivos econômicos, afetando o processo da tomada de decisão nos diversos níveis da entidade, transformando-se em subsídio para o planejamento estratégico;
- **fase de avaliação:** etapa em que são avaliados os procedimentos utilizados na preparação e comunicação das informações, bem como a influência que as mesmas exercem na tomada de decisão e implementação de novas posturas administrativas, identificadas com a responsabilidade social e ecologicamente correta. É a fase da retroalimentação do sistema, reavaliando todos os procedimentos, informações, implementações e resultados, oriundos da análise do Balanço Social.

O balanço social serve como um instrumento que amplia e favorece a integração da entidade com os empregados; funciona como uma ferramenta de controle e de estímulo à qualidade organizacional.

De acordo com Kroetz (2000, p. 71):

O Balanço Social deve demonstrar, claramente, quais as políticas praticadas e quais seus reflexos no patrimônio, objetivando evidenciar sua participação no processo de evolução social. Sem essa prática, jamais uma entidade poderá apresentar pleno êxito em programas de qualidade, pois essa intenção exige quebra de preconceitos, transparência

administrativa e uma constante e interrupta ligação da organização com seus funcionários, acionistas, fornecedores e sociedade em geral. Essa preocupação é evidente na medida em que muitos estudos foram realizados na tentativa de encontrar uma forma ideal de apresentação das informações sociais e ecológicas, relacionadas à entidade, metodologia ainda não encontrada e generalizada.

A incorporação dos aspectos sociais nas decisões e ações das empresas e empreendimentos, é uma opção cada vez mais reivindicada pela sociedade em geral.

3.1 Modelo de Balanço Social Francês

O balanço social Francês foi elaborado após o relatório de Sudreau (Relatório do Comitê de Estudos para a Reforma da Empresa), em 1975. Os franceses definiram o campo de aplicação, controle de informações e utilização das informações extraídas do balanço social. As empresas e estabelecimentos franceses que possuem mais de 299 empregados são obrigados a elaborar anualmente o balanço social. (Silva e Freire 2001, p. 72)

Conforme os autores citados, o balanço social de uma empresa francesa é um documento que apresenta a situação da empresa no domínio social, onde são registradas as realizações efetuadas e demonstra a evolução da empresa no seu papel como célula social.

Segundo Silva e Freire (2001, p.73), o balanço social francês é dividido em sete capítulos: emprego; remuneração e encargos sociais; condições de higiene e segurança; outras condições de trabalho; formação profissional; relações profissionais; outras condições de vida dependentes da empresa.

De acordo com Silva, Andrade e Mota (2005, p.04):

Como a situação social das empresas é diversa, variando de acordo com o número de empregados, os indicadores foram elaborados segundo o ramo de atividade a que pertence a empresa, que são divididas em cinco categorias: indústrias e empresas agrícolas; empresas comerciais e prestadoras de serviços; construção civil; transportes terrestres e aéreos; e indústrias de armamento marítimo.

Para Tinoco (2001, p.130), o modelo de balanço social francês tem como objetivo principal, “prende-se a informar ao pessoal o clima social na empresa, a evolução do efetivo; em suma, estabelecer as performances da empresa no domínio

social”.

Segue na Tabela 1 exemplo de indicadores de alguns estabelecimentos:

Tabela 1: Número de indicadores sociais em função do tamanho da empresa.

Empresa		Estabelecimento				
Tamanho em nº de empregados		300	2.000	300	750	2.000
Atividades		Número de indicadores com base nos dados do balanço social				
1. Emprego		18	19	34	35	36
2. Remuneração		9	9	6	7	8
3. Condições de higiene		6	6	20	20	20
4. Outras condições de trabalho		5	5	20	21	22
5. Formação		4	4	9	9	9
6. Relações profissionais		4	4	12	12	12
7. Outras condições de vida		4	4	2	2	2
Subtotal		50	51	103	106	109
Número de subindicadores obtidos dos dados de balanço social						
A partir de todas as atividades		30	30	62	62	62
Total de indicadores e subindicadores						
Total		80	81	165	168	171

Fonte: Igalens e Peretti (1997, apud SILVA e FREIRE 2001, p.74)

Silva e Freire (2001, p.74) apontam que para o preenchimento do balanço social, é necessário que cada empresa faça uma classificação de seus empregados em três níveis: Nível 1 – representado pelos empregados da administração da empresa; Nível 2 – representado por empregados não qualificados e Nível 3 – representado por empregados qualificados. Ver modelo de balanço social Francês no Anexo I.

3.2 Modelo de Balanço Social Português

O modelo de balanço social português foi espelhado no modelo francês, e assim como este último, é exposto nos locais de trabalho, para que todos os empregados tenham acesso as informações .

Segundo Silva e Freire (2001, p. 79-80):

Os primeiros formatos do balanço social em Portugal surgiram em 14 de novembro de 1985, por meio da Lei nº 141, que determinava a elaboração de um documento sobre o conjunto de informações em relação ao aspecto social das entidades. Em 1992 é inserido o Decreto-lei nº 9/92, que alterou a redação dos artigos. 1º, 2º e 4º da referida lei em função de

transformações que se processavam na política, economia e sociedade portuguesa [...].

Silva, Andrade e Mota, (2005, p.05) ressaltam :

O balanço social português é derivado do balanço social francês, porém fornece uma quantidade menor de informações. Ele é composto de cinco capítulos: emprego; custos com pessoal; higiene e segurança; formação profissional e proteção social complementar. Seus indicadores são dispostos em níveis hierárquicos dentro da empresa, bem como por sexo, são eles: dirigente; quadros superiores; quadros médios; quadros internos (contramestres e chefes de equipes); profissionais altamente qualificados e qualificados; profissionais semiquilificados; profissionais não qualificados e praticantes/aprendizes.

Todas as empresas portuguesas devem remeter o balanço social para a comissão de trabalhadores. Deve também, ser enviado para o Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social, que encaminha cópias para as associações, sindicatos dos empregados e à Inspeção Geral do Trabalho.

De acordo com Silva e Freire (2001, p.94-95), o balanço social português apresenta vantagens e desvantagens:

As principais vantagens são:

- permitir ao demonstrativo boa visualização das práticas da relação capital-trabalho;
- permitir que Portugal realize função de controle e observação de longo prazo da qualidade das relações profissionais;
- chamar a atenção das empresas para sua elaboração em virtude do caráter obrigatório e por passivo de multa por seu não-cumprimento;
- reverter o valor das multas para o fundo desemprego;
- ser remetido ao Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social, à Inspeção Geral do Trabalho. E depois distribuído às associações e sindicatos interessados, mostrando que seu papel não se limita a consultas;
- os dados fornecidos pela empresa deverem ser baseados na realidade do contexto organizacional, sob pena de a mesma cair em contradição e incorrer em fraudes.

As principais desvantagens são:

- ser preparado somente por empresas com mais de 100 empregados, desprezando-se dessa forma uma quantidade significativa de informações das empresas com menor número de empregados;
- a Lei nº 141/85 não trazer uma definição do que é balanço social e qual sua finalidade, dificultando o entendimento e a divulgação da importância de sua elaboração para as empresas;
- com a exposição dos capítulos de balanço social português, poder-se constatar a ênfase que a própria lei confere a relação capital-trabalho, de maneira que a questão social no âmbito das comunidades só vem a ser abordada no capítulo 5 e de forma mais restrita;
- a Lei nº 141/85 não prever a participação das empresas em projetos sociais voltados à sociedade, nem a participação em projetos ambientais.

Ver modelo de balanço social Português no Anexo II.

3.3 Modelo de Balanço Social Belga

O balanço social Belga foi instituído por meio de um decreto real em 4 de agosto de 1996, tendo como base para sua fundamentação o princípio da continuidade das entidades, sendo obrigatório para todas as empresas.

Segundo Silva e Freire (2001, p.100), “a lei que regulamenta o balanço social belga reúne as informações econômicas às sociais em um só documento, como por exemplo, o número de medidas a favor do empregado, número de benefícios e os recursos dessas medidas. Atribui às empresas seus pontos fracos e fortes, pois determina a capacidade de aumentar a duração e desenvolvimento delas [...]”.

Conforme Silva e Freire (2001, p.96), existe duas versões de balanço social belga: o esquema completo e o esquema abrangente. Sendo o esquema completo, dividido em quatro categorias de informações:

- Informações do volume de emprego: número médio de empregados no exercício, número de empregados por tipo de contrato de trabalho (determinado e indeterminado), por sexo, por categoria profissional etc.;
- Informações referentes à motivação do pessoal no exercício: entrada e saída de empregados por tipo de contrato, sexo e escolaridade;
- Informações referentes à criação e manutenção de empregos: contratações de jovens, estagiários, acordos coletivos, cursos etc.;
- Informações relativas à formação dos empregados.

De acordo com Tinoco (2001, p.128), “o texto que regulamenta o balanço social congrega as informações econômicas às sociais. Essa abordagem incita os trabalhadores a tomar posição nos dois campos e a compreender o laço de causa e efeito entre uma decisão social e suas implicações financeiras [...]”.

Para a elaboração do balanço social, é necessário o envolvimento e a colaboração de todos os funcionários e gestores da organização, para que sejam realmente evidenciadas as informações claras e verdadeiras referente as ações sociais da empresa.

Ver modelo de balanço social Belga no Anexo III.

3.4 Proposta de Modelo de Estrutura de Balanço Social

Os modelos de balanços sociais apresentados, assim como as bibliografias pesquisadas, serviram de base para o desenvolvimento de uma proposta de modelo para uma instituição de microcrédito a ser apresentado neste trabalho.

Mendes (apud KROETZ 2000, p.75) constata:

Nós profissionais de Contabilidade, temos às mãos um instrumento fantástico, capaz de criar uma nova cultura e de fazer entender, aos detentores da riqueza, que as empresas têm, de fato, um papel social relevante e, certamente, muito acima do que temos esperado do Estado.

Kroetz (2000, p.108) ressalta que:

Apesar de alta de um modelo que se possa adotar como padrão, é possível apontar, desde já, alguns princípios gerais que devem contribuir para a organização da informação contida no balanço social, para que ela seja útil e credível:

- pertinência: a informação deve ser relevante, clara e concisa, devendo refletir a realidade;
- objetividade: a informação deve ser factual, não distorcida (fidelidade). Expressando os fatos de uma forma independente, relativamente aos juízos pessoais de quem a prepara (neutralidade);
- continuidade: as práticas de coleta, registro e demonstração devem manter-se de um período para o outro. A falta de continuidade diminui a comparabilidade dos dados e pode ocultar certa manipulação da informação;
- uniformidade ou consistência: a informação deve permitir comparações, usando dados de anos anteriores, normas e valores médios de cada setor e/ou outros valores representativos publicados por organismos nacionais e internacionais etc. A comparabilidade supõe certo grau de padronização, e, em caso de alteração dos procedimentos, deve ser explicada em notas específicas;
- certificação: a informação deve ser susceptível de ser confirmada e certificada por uma entidade independente da organização e dos destinatários da informação.

Betinho (apud TINOCO 2001, p.135) tinha a opinião que:

O Balanço Social atende a todos. Para dirigentes, oferece os elementos essenciais para as decisões sobre programas e responsabilidades sociais que a empresa venha a desenvolver. Os empregados têm a garantia de que as expectativas cheguem até os patrões de uma maneira sistematizada e quantificada. Os fornecedores e investidores passam a conhecer a maneira como a empresa encara responsabilidades em relação ao quadro humano, o que representa um indicador de como a empresa é administrada. (...) vários são os itens de verificação das atividades sociais: educação, saúde, atenção à mulher, preservação do meio ambiente, contribuições para a melhoria de vida e de trabalho dos funcionários, desenvolvimento de projetos comunitários, erradicação da pobreza, geração de renda e criação de postos de trabalho.

A elaboração e publicação do balanço social serve para manter a sociedade informada sobre as ações sociais que as empresas, públicas ou privadas, vêm

desenvolvendo, o que possibilita a interação dessas empresas com a comunidade em que está inserida.

BALANÇO SOCIAL – PROPOSTA DE MODELO

DADOS FINANCEIROS	2004	2005
1) Base de Cálculo		
Receita Líquida		
Resultado Operacional		
Folha de Pagamento Bruta		
2) Ações Sociais Voltadas para os Funcionários		
Alimentação		
Encargos Sociais		
Saúde		
Educação		
Transporte		
Seguro de Vida		
Plano de Produtividade		
Eventos Culturais		
Auxílio Creche		
Treinamento		
Cursos Profissionalizantes		
Outros Dados		
Total das Ações Sociais Voltadas para os Funcionários		
3) Ações Sociais Voltadas para a Sociedade		
Geração de empregos		
Tributos		
Outros Dados		
Total das Ações Sociais Voltadas para a Sociedade		
4) Ações Voltadas para o Corpo Funcional		
Número de empregados no início do período		
Número de empregados no final do período		
Número de admissões durante o período		
Numero de demissões durante o período		
Numero de estagiários		
Número de mulheres que trabalham na empresa		

Número de cargos de chefia ocupados por mulheres		
Número de empregados acima de 45 anos		
Número de empregados portadores de deficiência ou necessidades especiais que trabalham na empresa		
Número de empregados negros que trabalham na empresa		
Número de empregados com 3º grau completo		
Número de empregados com 2º grau completo		
Número de empregados com 1º completo		
Numero de empregados que continuam em formação		
Outros Dados		
5) Ações Voltadas ao Exercício da Cidadania Empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		
Número total de acidentes de trabalho		
Investimentos em equipamentos		
Número de sugestões de melhorias		
Número de sugestões e críticas dos clientes		
Participação nos lucros e nos resultados		
6) Outras Informações		

No item 1, relacionado aos dados financeiros, busca-se demonstrar o total das receitas já excluídos impostos, contribuições e abatimentos, e o somatório de remuneração, ou seja, o total dos gastos com salários, gratificações, comissões, férias, 13º salário e encargos sociais.

No item 2, que corresponde as ações sociais voltadas para os funcionários, busca-se demonstrar os gastos despendidos em prol dos funcionários, tais como: alimentação, planos de saúde, assistência médica, educação, recursos investidos em treinamentos, cursos, gastos voltados especificamente para a capacitação dos empregados.

No item 3, correspondente as ações sociais voltadas para a sociedade, busca-se demonstrar que a atividade de concessão de empréstimos aos pequenos empreendedores gera o crescimento e fortalecimento dos mesmos, no qual gera renda e novos campos de trabalho e oportunidades.

No item 4, relacionado as ações voltadas para o corpo funcional, busca-se demonstrar um levantamento geral dos funcionários que trabalham na instituição.

No item 5, que corresponde as ações voltadas para o exercício da cidadania empresarial, busca-se demonstrar a qualidade da área de trabalho, assim como os investimentos em equipamentos e melhorias ocorridos durante o período.

No item 6, correspondente as outras informações, busca-se demonstrar outros dados importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência.

O balanço social proposto tem como objetivo apontar o desempenho das organizações de microcrédito no campo humano e social, assim como, os impactos da atividade dessas instituições em nível interno e externo.

Os principais fatores para a crescente difusão do microcrédito no mercado atual são: a possibilidade de inclusão dos excluídos, a sustentabilidade financeira das operações, a contribuição para a construção de novas instituições auto sustentáveis e o crescimento de casos bem sucedidos nos mais diferentes contextos econômicos e sociais.

Por todas essas razões o balanço social é uma ferramenta de grande valia, pois sendo uma demonstração endereçada a sociedade, também é de grande importância como ferramenta gerencial, por conter dados sobre as políticas administrativas, possibilitando e facilitando a tomada de decisão e planejamento estratégico.

Com este modelo proposto busca-se contribuir e incentivar as instituições de microcrédito a elaborem e publiquem o balanço social, não como forma de obrigação, mas sim de forma voluntária, para que estas divulguem sua participação na inclusão e crescimento social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção são apresentadas as considerações finais do estudo realizado quanto à problemática, aos objetivos, e ainda, sugestões para futuras pesquisas.

4.1 Quanto à problemática

Com o surgimento de novas economias, avanço tecnológico, e por conseqüência a globalização dos mercados, cada vez mais as empresas estão convencidas da importância e da necessidade de contribuírem para o desenvolvimento sócio-econômico-cultural de seus empregados e da comunidade.

Já se foi o tempo em que os empresários somente se preocupavam com o lucro; vem crescendo o conceito da responsabilidade social das empresas. As empresas socialmente responsáveis são mais valorizadas e reconhecidas pelos clientes, o que gera vantagem competitiva no desenvolvimento dos negócios.

As empresas estão se conscientizando da sua responsabilidade social e buscam meios para divulgar quais atitudes estão exercendo perante à sociedade; destacam os pontos positivos, projetos sociais, culturais, educacionais, ambientais, sendo assim, promotoras de desenvolvimento profissional e social.

O balanço social, que ainda não é obrigatório por Lei, deve ser um documento informativo e transparente. Os adeptos desse demonstrativo vem crescendo, inclusive no Brasil, onde um número cada vez maior de empresas elaboram e divulgam aos seus usuários, internos e externos, as ações sociais que praticam, e que não visam somente o lucro, mas que também tem preocupação com o bem estar social.

4.2 Quanto aos objetivos

Esta pesquisa teve como objetivo escopo a importância do balanço social, tanto para a empresa, como para a sociedade, e também apresentar um modelo de balanço social para uma instituição de microcrédito.

A proposta de balanço social apresentada neste estudo, busca demonstrar aos seus usuários internos e externos, as ações sociais das instituições de microcrédito. Buscou-se criar um modelo para melhor apresentar a realidade da organização.

4.3 Quanto às sugestões para futuras pesquisas

Como sugestões para futuras pesquisas, seria interessante aplicar o modelo de balanço social proposto neste estudo, em algumas instituições de microcrédito de Santa Catarina, realizando um estudo comparativo dos dados encontrados.

Recomenda-se, ainda, a elaboração de trabalhos sobre as instituições de microcrédito de Santa Catarina, apresentando dados quantitativos, relacionados ao crescimento econômico do empreendedor e da região em que está inserida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BALANÇO SOCIAL. **Balanco Social voluntário ou obrigatório**. Disponível: <<http://www.balancosocial.org.br>> . Acesso: 26 abr. 2005.

BARONE, Francisco Marcelo. et al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BEUREN, Ilse Maria (organizadora); et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BNDES. Disponível: <<http://www.gov.br>>. Acesso: 09 març. 2006.

CERVO, A. L. e BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 2 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

FERRAREZI, Elisabete, REZENDE, Valéria. **OSCIP – organização de sociedade civil de interesse público: a lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor**. Brasília: Comunidade Solidária, 2000.

GERA NEGÓCIO. Disponível: <http://geranegocio.com.br>>. Acesso: 05 abr. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, Ernesto Lima. **Balanco social da empresa na América Latina**. São Paulo: Pioneira, 1980.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Balço social: um convite à transparência das empresas**. Disponível: <<http://www.ibase.org.br>>. Acesso: 17 mai. 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5 ed. São Paulo: Atlas,2000.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática de pesquisa**. 14 ed. Petrópolis:Vozes,1997.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Paulo Rogério dos Santos. **Balço social: ferramenta de gestão e informação**. Disponível:<[http:// www.integracao.fgvsp.br](http://www.integracao.fgvsp.br)>. Acesso: 05 jan. 2006.

MARTINELLI, Antônio C. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1997.

MATIAS, Antônio. **Incentivo ao empreendedorismo**. Disponível: <<http://www.pautasocial.com.br>>. Acesso: 05 jan. 2006.

MATTAR, Flavia. **Sem vergonha da transparência**. Disponível: www.ibase.org.br. Acesso: 22 mai. 2005.

MIRANDA, Wagner. Microfinanças no Brasil: um setor em construção. **Revista de Administração Municipal**. v. 45, n. 225, p. 14-16, set./out. 2000.

NADAS, Peter. **Ética na administração e responsabilidade social do administrador**. Disponível: < <http://www.fides.org.br>>. Acesso: 02 fev. 2006.

NADAS, Peter. **O social na estratégia empresarial**. Disponível:<<http://www.fides.org.br>>. Acesso: 07 jan. 2006.

OLIVEIRA, Marcelle Colares. **O balanço social como instrumento de evidenciação da responsabilidade social nas empresas.** Disponível: <<http://www.aquiraz.ce.gov.br>>. Acesso: 22 fev. 2006.

PÁGINA MICROCRÉDITO. Disponível: <<http://www.paginadomicrocredito.com.br>>. Acesso: 17 de julh. 2006.

PERAZZO, Alberto Augusto. **Uma visão empresarial ética e socialmente responsável.** Disponível:<<http://www.fides.org.br>>. Acesso: 10 jan. 2006.

PINTO, Analetto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. **O balanço social como instrumento de evidenciação de responsabilidade social.** Disponível: <<http://www.eac.fea.usp.br>>. Acesso: 28 fev. 2006.

RIBEIRO, Adauto R.. A importância do microcrédito: a experiência do Grammen. **Revista Análise da Faculdade Padre Anchieta.** Jundiaí: vol.3 nº 5, março 2002.

RICCA, José Luiz. **Balanço social.** Disponível: www.fides.org.br. Acesso: 18 jan. 2006.

SACHET,Celestino; WATERKEMPER, Margaret; SACHET, Sérgio. **A vitória do crédito de confiança:** o microcrédito em Santa Catarina. Florianópolis: BADESC,2001.

SEBRAE. Disponível: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso: 25 març. 2006.

SILVA, Adilson Raimundo da; ANDRADE, Marcos José Carvalho de; MOTA, Rosana de Arruda. **Balanço Social um instruemnto gerencial que deonstra a responsabilidade social das organizações:** o caso da companhia hidrelétrica São Franisco – CHESF. Disponível: <<http://www.simpep.feb.unesp.br>>. Acesso: 17 junh. 2006.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. **Balanço Social:** teoria e prática: inclui o novo modelo do IBASE. São Paulo: Atlas,2001.

SUCUPIRA, João. **A responsabilidade social das empresas**. Disponível: <<http://www.ibase.org.br>>. Acesso: 15 mai. 2005.

SUPLICY, Marta; TAVARES, Maria da Conceição; STARLING, Sandra. **Projeto de Lei nº 3.116**. Cria o Balanço Social para as empresas que menciona e dá outras providências. 1997.

TEIXEIRA, Luciana da Silva. **Responsabilidade social empresarial**. Disponível: <<http://www.conar.org.br>>. Acesso: 25 jan. 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: nº 135, p. 57-71, maio/junho 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Uma abordagem sócio-econômica da contabilidade**. Dissertação. (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade de São Paulo - FEA/USP. 1984.

TORRES, Ciro. **Um pouco da história do Balanço Social**. Disponível: <<http://www.ibase.org.br>>. Acesso: 30 mai. 2005.

TREVISAN, Fernando Augusto. **Balanço social como instrumento de marketing**. Disponível: <<http://www.integração.fgvsp.br>>. Acesso: 10 fev. 2006.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2001.

ANEXOS

Anexo I: Modelo de Balanço Social Francês para estabelecimento industrial e agrário

I - Emprego

11	Número de empregados				Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
111	Número de empregados em 31/12 (111)							
112	Número de empregados permanentes (112)							
113	Número de empregados com contrato de trabalho indeterminado em 31/12							
114	Número médio de empregados do ano							
115	Divisão de empregados por sexo em 31/12							
115	Divisão de empregados por idade em 31/12							
117	Divisão de empregados por tempo de serviço em 31/12							
118	Divisão de empregados em 31/12 segundo a nacionalidade: franceses estrangeiros							
119	Divisão de empregados segundo a qualificação							
12	Trabalhadores externos				Total			
121	Número médio mensal de trabalhadores temporários							
122	Duração média de contratos de trabalho temporário							
13	Contratações durante o ano corrente				Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
131	Número de contratos: determinado indeterminado							

132	Número de pessoas contratadas com menos de 25 anos				
14	Afastados	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
141	Total de afastados				
142	Número de demitidos				
143	Número de licenças por causas econômicas				
15	Desempregados	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
151	Número de desempregados em tempo parcial				
152	Número total de horas de desempregados parciais				
16	Faltas	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
161	Número de jornadas com faltas				

II - Remuneração e encargos sociais

21	Total de remunerações	Total			
211	Total de salários pagos para homens e mulheres				
212	Remuneração média mensal (homens e mulheres)				
22	Hierarquias das remunerações				
221	Montante total das 10 remunerações mais elevadas				
222	Relação entre a média dos administradores e os empregados do setor produtivo				
23	Encargos acessórios				
231	Quantidade de pessoas (salários) à disposição de empresas externas: contrato temporário outras empresas				
24	Encargos salariais globais				
241	Taxas/Receita				
25	Participação financeira				
251	Montante global da reserva de participação				
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
252	Montante médio dos benefícios				
253	parte do capital destinado aos empregados				

III - Condições de higiene e segurança

31	Acidentes de trabalho	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
311	Número de acidentes de trabalho com parada				
312	Número de jornada de trabalho causado por acidentes				
313	Número de acidentes no caminho do trabalho que causou parada do trabalho				
32	Doenças do trabalho	Total			
321	Número de doenças causadas pelo trabalho declaradas				
33	Despesas com doenças	Total			
331	Despesas com doenças efetuadas na empresa				

IV - Outras condições de trabalho

41	Duração do tempo de trabalho	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
411	Horário médio				
412	Número de empregados com tempo parcial: entre 20 a 30 horas outras formas de tempo parcial				
42	Organização e conteúdo do trabalho	Equipe 1	Equipe 2	Equipe 3	Equipe 4
421	Efetivos que trabalham em equipe:				

	equipes fixas				
	equipes alternativas				
422	Pessoas utilizadas para tarefas repetitivas				
43	Despesas com melhoras das condições de trabalho	Total			
431	Total das despesas				

V - Formação

51	Formação profissional contínua				%
511	Porcentagem dos empregados com formação contínua				
512	Número de estagiários:				
	homens				
	mulheres				
513	Número de horas de estágios:				
	remunerados				
	não remunerados				
52	Bolsas	Total			
521	Número de assalariados beneficiados				

VI - Relações profissionais

61	Representantes dos empregados	Total			
611	Composição do comitê central				
612	Número de reuniões do comitê				
613	Datas de reuniões				
62	Informações e comunicações				
621	Existem estruturas de concentrações				

VII - Outras condições de vida

71	Trabalhos sociais (habitação, transporte, restaurações, lazer, férias, diversos)	Total			
711	Divisão das despesas				
712	Receita do comitê central da empresa				
72	Outros encargos sociais				
721	Custos para a empresa das despesas complementares (mortes, doenças, etc.)				
722	Custos para a empresa das despesas complementares (aposentadoria)				

Anexo I: Modelo de Balanço Social Francês

Fonte: Silva e Freire (2001, p. 75-78)

Anexo II: Modelo de Balanço Social Português

Identificação da empresa:	
1.	Nome
2.	Endereço
2.1	Localidade
2.2	Código postal
2.3	Telefone
2.4	Distrito Conselho
3.	Número de pessoa coletiva
4.	Atividade principal da empresa
5.	Número de estabelecimentos
6.	Número de pessoas no serviço
	Em 2 de janeiro Em 31 de dezembro
7.	Natureza jurídica
8.	Valor acrescentado bruto (VAB) (em contos)
8.1	Custos com o pessoal
8.2	Amortizações do exercício
8.3	Provisões do exercício
8.4	Custos e perdas financeiras
8.5	Imposto sobre o rendimento
8.6	Resultado líquido do exercício

1	Emprego	Diri- gentes	Quadros supe- riores	C
1.1	Pessoas ao H seviço em M 31 de dez. T			
1.1.1	Com contrato H permanente M T			
1.1.2	Com contrato H a termo M certo T			
1.1.3	Com contrato H a termo M incerto T			

1.1.4	H Outros M T			
1.2	Número médio de H pessoas dte. M o ano T			
1.3	Faixa etária do pessoal da empresa em 31 de dezembro: até 15 anos 16 - 17 18 - 24 25 - 29 30 - 34 35 - 39 40 - 44 45 - 49 50 - 54 55 - 59 60 - 61 62 - 64 65 a mais			
1.4	Nível etário médio =	Soma das idades	$\frac{\text{Soma das idades}}{\text{n}^\circ \text{ de pessoas ao se}}$	
1.5	Nível de antiguidade do pessoal a serviço em 31 de dez.: até 1 ano; mais de 1 até 2 anos; mais de 2 até 5 anos; mais de 5 até 10 anos; mais de 10 até 15 anos; mais de 15 anos.			
1.6	Trabalhadores estrangeiros:			
1.6.1	de países da União Européia; de países africanos de língua oficial potuguesa; do Brasil; de outros países.			
1.7	Trabalhadores deficientes			
1.8	Estrutura de níveis de habilitação do pessoal ao serviço em 31 de dezembro: inferior ao 1º ciclo do ensino básico; 1º ciclo do ensino básico; 2º ciclo do ensino básico; 3º ciclo do ensino básico: ensino secundário; ensino superior de índole profissional; ensino superior politécnico; ensino superior universitário; outros.			
1.9	Contrato a termo (du- rante o ano)	Quadros supe- riores	Quadros médios	(e tr e
1.9.1	Contratados			

	H a termo M certo T			
1.9.2	Contratados a H termo M incerto T			
1.9.3	Contratados a H termo que M passaram ao T quadro permanente			
1.9.4	Contratados a H termo que M transitaram ano ant. T			
1.9.5	Número mé- dio anual de contratos a termo			
1.10	Movimentos de saída	Quadros supe- riores	Quadros médios	(tr e
1.10.1	Saídas de pessoal H com contrato M permanente T			
1.10.2	Saídas de pessoal H com contrato a M termo T			
1.10.3	Saídas de outros. H trabalhad. M T			
1.11	Motivos das saídas do pessoal com contrato permanente			
1.11.1	Iniciativa do trabalhador			

1.11.2	Motivo acordo			
1.11.3	Iniciativa da empresa			
1.11.4	Saídas por processo coletivo			
1.11.5	Saídas em geral			
1.11.6	Reforma por invalidez			
1.11.7	Reforma para velhice (normal)			
1.11.8	Reforma antecipada			
1.11.9	Pré-reforma			
1.11.10	Falecimento			
1.11.11	Total			
1.12	Motivos das saídas do pessoal com contrato a termo			
1.12.1	Por cessação do contrato a termo certo			
1.12.2	Por cessação do contrato a termo incerto			
1.12.3	Por antecipação da cessação do contrato a termo certo			
1.12.4	Por antecipação da cessação do contrato a termo incerto			
1.12.5	Total			
1.13	Situações especiais Saídas/ impedimentos prolongados			
1.14	Postos de trabalhos não ocupados por dificuldade de recrutamento			
1.15	Promoções	Quadros superiores	Quadros médios	(tr e
1.15.1	H por antiguid. M			

		T		
1.15.2		H poe médio M T		
1.15.3		H outras M T		
1.15.4		H total M T		
1.16		Reconversões H Reclassificaç M T		
1.17	Tempo de trabalho			
1.17.1	PNT - Período normal de trabalho em vigor em dezembro. Indique os vários períodos normais de trabalho em vigor na empresa (horas semanais) e o respectivo número de trabalhadores em cada situação.			
1.17.2	Tipos de horários predominantes durante o ano: horário normal fixo; horário normal flexível; horário de turno (fixo e/ou rotativo); horário irregular e/ou móvel; horário reduzido; isenção de horário; outros.			
1.17.3	Potencial máximo anual (horas trabalháveis)			
1.17.4	Total de horas efetivamente trabalhadas			
1.17.5	Trabalho suplementar / Horas extraordinárias			
1.17.5.1			H Em dias úteis M T	
1.17.5.2			H Em dias de descanso complementar e feriados M T	
1.17.5.3			H Em dias de descanso obrigatório M	

	T
1.18	Ausências do trabalho
1.18.1	H Por acidente de trabalho M T
1.18.2	H Por doença total M T
1.18.2.1	H Por doenças profissionais M T
1.18.3	H Por suspensões disciplinares M T
1.18.4	H Por assistência inadiável M T
1.18.5	Por maternidade M
1.18.6	H Por outras causas M T
1.18.7	H Total de ausências (remuneradas e não remuneradas) M T
1.18.7.1	H Ausências remuneradas M T
1.18.7.2	H Ausências não remuneradas M T
1.19	Horas não trabalhadas
1.19.1	Por formação profissional H M T
1.19.2	H Por redução legal da atividade (Decreto-lei nº 64-b 89) M T
1.19.3	H Por descanso interno M

		T
1.19.4		H Por descanso suplementar M T
1.19.5		H Por greves/paralisações M T
2	Custos com pessoal	
2.1	Salário direto	
2.1.1	Salário-base	
2.1.2	Subsídios e prêmios regulares	
2.2	Subsídios e prêmios irregulares	
2.3	Pagamento em gêneros	
2.4	Encargos legais: convencionais e facultativos e a cargo da entidade patronal	
2.5	Outros custos de caráter social	
2.6	Custos com a formação profissional	
2.7	Outros custos com pessoal	
2.8	Total	
2.8.1	Leque salarial líquido = <u>Maior vencimento base líquida</u>	Menor vencimento base líquida
2.8.2	Leque salarial interpretativo = <u>Maior vencimento base líquido</u>	<u>(depois de reter os 5% + eleva</u> Menor vencimento base líquid <u>(depois de reter os 5% + baix</u>

3	Higiene e segurança		
3.1		No local de trabalho	
	Acidentes de trabalho	Total	3 a 30 dias baixa
3.1.1	Nº total de Acidentes		
3.1.2	Nº de acidentes c/ baixa		
3.1.3	Nº de dias perdidos com bvaixa		
3.1.4	Número de casos de incapacidade declarados no ano		
3.1.5	Número de casos de incapacidade permanente absoluta		
3.1.6	Número de casos de incapacidade permanente parcial		
3.2	Doenças profissionais		
3.2.1			
3.2.2			
3.2.3			
3.2.4			
3.2.5			
3.2.6			
3.2.7			
3.2.8			

3.2.9				
3.2.10				
3.2.11				
3.2.12				
3.3	Atividade da medicina do trabalho			
3.3.1	Número de exames médicos efetuados			
3.3.1.1	Exames de admissão			
3.3.1.2	Exames periódicos			
3.3.1.3	Exames ocasionais e complementares			
3.3.2	Despesa com a medicina de trabalho (em contos)			
3.3.3	Número de visitas efetuadas aos postos de trabalho			
3.4	Comissões de higiene e segurança			
3.4.1	Reuniões anuais de higiene e segurança			
3.4.2	Visitas aos locais de trabalho			
3.5	Número de pessoas reclassificadas ou relocadas em resultado de acidentes de trabalho			
3.6	Ações de formação e sensibilização em matéria de segurança			
3.6.1	Número de ações desenvolvidas			
3.6.2	Número de pessoas abrangidas pelas ações			
3.7	Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais			
3.7.1	Encargos de estrutura da Medicina do Trabalho e Segurança no Trabalho			
3.7.2	Custos com equipamento de proteção			
3.7.3	Custos com formação em prevenção de riscos			
3.7.4	Outros custos			
4	Fornação profissional			
	Duração das ações	Menos de 100 horas		1 h
4.1	Nº total das ações			
4.1.1	Nº de ações internas			
4.1.2	Nº de ações externas			
	Níveis de qualificação	Dirigentes	Quadros superiores	Q m
4.2	Nº total de participantes			
4.2.1	Nº de participantes em ações inter.			
4.2.2	Nº de participantes em ações exter.			
4.3	Nº total de horas			
4.3.1	Nº de horas em ações internas			
4.3.2	Nº de horas em ações			

	externas		
4.4	Custos totais de formação (valor em contos)		
4.4.1	Custos em ações internas		
4.4.2	Custos em ações externas		

5	Proteção social complementar Contribuições ou cotizações de proteção social não geridas pela empresa
5.1	Encargos (prestações) de proteção social diretamente suportados pela empresa
5.1.1	Complementos de subsídio por doença e doença profissional
5.1.2	Complementos de pensões de velhice, invalidez e sobrevivência
5.1.3	Complementos de outras prestações de segurança social
5.2	Encargos (prêmios) por proteção social não administrados pela empresa
5.2.1	Complementos de subsídio por doença e doença profissional
5.2.2	Complementos de pensões de velhice, invalidez e sobrevivência
5.2.3	Complementos de outras prestações de segurança social
5.3	Prestações de ação social
5.3.1	Apoio à infância
5.3.2	Apoio aos idosos
5.3.3	Apoio aos tempos livres
5.3.4	Outros apoios
5.4	Outras modalidades de apoio social
5.4.1	Grupos desportivos/casa de pessoal (designação equivalente)
5.4.2	Alimentação
5.4.3	Apoio aos estudos
5.4.4	Saúde
5.4.5	Habitação
5.4.6	Transportes
5.4.7	Seguros especiais (vida, saúde, acidentes pessoais)
5.4.8	Adiantamentos e empréstimos
5.4.9	Outros apoios

Anexo II: Modelo de Balanço Social Português

Fonte: Silva e Freire (2001, p. 82-94)

Anexo III: Modelo de Balanço Social Belga

Razão Social:

Endereço:

Atividade principal da empresa:

Balanço Social relativo ao exercício contábil ____/____/____ a ____/____/____

Responsável pela empresa: _____

Número da Agência Nacional de Segurança Social(ONSS): _____

I - Estado das pessoas ocupadas**A - Empregados inscritos no Registro do Trabalho durante o exercício**

1. Durante o período	1. Tempo pleno (exercício)	2. Tempo parcial (exercício)	3.Total (T) ou total em equivalente tempo pleno (ETP) (exercício)	4. Total (T) ou total em equivalente tempo pleno (ETP) (exercício precedente)
Número médio de trabalhadores		(ETP)(ETP)
Número efetivo de horas trabalhadas		(T)(T)
Encargos sociais		(T)(T)
Vantagens sobre os salários		(T)(T)
2. Final do exercício		1. Tempo pleno	2. Tempo parcial	3. Total em equivalência de tempo pleno
a) Número de empregados inscritos no registro do trabalho				
b) Por tipo de contrato de trabalho				
Indeterminado				
Determinado				
Para um trabalho predefinido				
De substitutos				
c) Por sexo				
Homens				
Mulheres				
d) Por categoria profissional				
Pessoal de direção				
Pessoal nível médio				
Operários				
Outros				

B - Pessoal substituto e pessoal colocado à disposição da empresa

Durante o exercício	Pessoal substituto	Pessoal à disposição
Número médio de pessoas ocupadas		
Número efetivo de horas prestadas		
Despesas para a empresa		

II - Tabela de movimento do pessoal durante o exercício**A - Entrada**

	1. Tempo pleno	2. Tempo parcial	3. Total em equivalência

			plena
a) Número de trabalhadores inscritos no registro do trabalho durante o período			
b) Por tipo de contrato de trabalho			
Indeterminado			
Determinado			
Trabalho predefinido			
Substitutos			

c) Por sexo e nível de escolaridade			
Homens: primário			
secundário			
superior incompleto			
universitário			
Mulheres: primário			
secundário			
superior incompleto			
universitário			

B - Saída

	1. Tempo pleno	2. Tempo parcial	3. Total em equivalência plena
a) Número de trabalhadores inscritos no registro do trabalho durante o período			
b) Por tipo de contrato de trabalho			
Indeterminado			
Determinado			
Trabalho predefinido			
Substitutos			
c) Por sexo e nível de escolaridade			
Homens: primário			
secundário			
superior incompleto			
universitário			
Mulheres: primário			
secundário			
superior incompleto			
universitário			
d) Por motivo de fim de contrato			
Pensão			
Pré-pensão			
Licenciamento			
Outro motivo			
Número de pessoas que continuam trabalhando, nem que seja meio expediente, como prestadores de serviço autônomo para a empresa.			

III - Informações s/ manutenção e criação de empregos

Medidas a favor de emprego	Número de trabalhadores		Vantagens financeiras
	1. Número	2. Equivalen-	

		te tempo pleno	em mil francos
1. Vantagens financeiras			
1.1 Plano da empresa			
Homens			
Mulheres			
1.2 Plano para contratação de jovens			
1.3 Salário mínimo			
1.4 Acordos salariais durante o exercício X1 e X2			
1.5 Plano para contratação de desempregados			
1.6 Contrato de trabalho para pessoas com mais de 50 anos			
1.7 Pré-pensão convencional para meio expediente			
1.8 Interrupção completa de carreira			
1.9 Redução de tempo de trabalho (tempo parcial)			
2 Outras medidas			
2.1 1º Contrato de trabalho			
2.2 Empregos em geral			
2.3 Estagiários			
2.4 Convenção - formação			
2.5 Contrato de aprendizagem			
2.6 Contratos de trabalho sucessivos concluídos por um período determinado			
2.7 Pré-pensão convencional			
Número de empregados beneficiados por vários empregos			
Total do exercício			
Total do exercício precedente			

IV - Formação dos trabalhadores durante o exercício

Total das iniciativas para a formação dos trabalhadores proporcionada pela empresa	1. Número de trabalhadores	2. Número de horas de formação	3. Custo para a empresa em mil francos
Homens			
Mulheres			

Anexo III: Modelo de Balanço Social Belga
 Fonte: Silva e Freire (2001, p. 96-100)